

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
DATA BASE: 31/12/2009



JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A. Participações
CNPJ n. 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882
Companhia Aberta
Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista
CEP 90480-003, Porto Alegre – RS

Identificação da Companhia:

JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 87.456.562/0001-22 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (Companhia).

Sede:

Avenida Carlos Gomes, 651, 5º Andar, Bairro Boa Vista, CEP 90480-003, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Categoria:

Emissor Registrado na Categoria "A"

Diretor de Relações com Investidores:

Augusto Lauro de Oliveira Junior, Diretor Vice Presidente da Companhia, e pode ser contatado no endereço de administração da Companhia, localizada na BR 116, Km 512, nº 4001, Bairro Vila Princesa, CEP 96070-560, na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, através do telefone / fax (53) 3284.1000, ou através do endereço eletrônico alojuni@josapar.com.br.

Auditores Independentes:

Exercício 2007: Directa Auditores, com endereço na Avenida Loureiro da Silva nº 2001, Sala 710, Cidade Baixa, Porto Alegre - RS, telefone (51) 3019.5460. Contador responsável: Clóvis Ailton Madeira, CT CRC nº 1SP106895/T/PR/S/RS.

Exercício 2008: BDO Trevisan Auditores Independentes, com endereço na Rua Florêncio Ygartua nº 270, 9º andar, Porto Alegre - RS, telefone (51) 3330.0452. Contador responsável: Paulo Ricardo Pinto Alaniz, CRC nº 1RS 042.460/O-3.

Exercício 2009: BDO Trevisan Auditores Independentes, com endereço na Rua Florêncio Ygartua nº 270, 9º andar, Porto Alegre - RS, telefone (51) 3330.0452. Contador responsável: Paulo Ricardo Pinto Alaniz, CRC nº 1RS 042.460/O-3.

Agente Custodiante:

Banco Itaú S/A, Superintendência de Serviços para Empresas e Fundações, localizado na Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, 707 - 7º andar, CEP 04344-902, São Paulo, SP.

Atendimento aos Acionistas:

No endereço da Administração da Companhia, localizada na BR 116, Km 512, nº 4001, Bairro Vila Princesa, CEP 96070-560, na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, através do telefone / fax (53) 3284.1000 ou através do nosso Agente Custodiante, Banco Itaú S/A, Superintendência de Serviços para Empresas e Fundações, localizado na Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, 707 - 7º andar, CEP 04344-902, São Paulo, SP, ou nas demais agências do Banco autorizadas a prestar serviço aos Acionistas, relacionadas abaixo, em horário de expediente bancário:

São Paulo: Rua Boa Vista, 176 – Subsolo;
Rio de Janeiro: Rua Sete de Setembro, 99 – Subsolo;
Belo Horizonte: Av. João Pinheiro, 195 – Subsolo;
Porto Alegre: Rua Sete de Setembro, 746 – Térreo;
Curitiba: Rua João Negrão, 65, Sobreloja;
Salvador: Av. Estados Unidos, 50 - 2º Andar;
Brasília: SCS Quadra 3 - Edifício D'Ángela, 30, Bloco A – Sobreloja.

Jornais de divulgação:

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul

Site na Internet:

<http://www.josapar.com.br>. As informações constantes no *site* da Companhia não são parte integrante deste Formulário de Referência, nem se encontram incorporadas por referência a este.

1. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Luciano Adures de Oliveira, Diretor Presidente da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, declaro que revi este Formulário de Referência e que todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades.

Eu, Augusto Lauro de Oliveira Junior, Diretor Vice-Presidente e de Relações com os Investidores da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, declaro que revi este Formulário de Referência e que todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades.

2. AUDITORES

2.1. Em relação aos Auditores independentes:

Exercício 2007:

Directa Auditores, contador responsável: Clóvis Ailton Madeira, CT CRC nº 1SP106895/T/PR/S/RS, CPF nº 253.599.328-72, com endereço na Avenida Loureiro da Silva nº 2001, Sala 710, Cidade Baixa, Porto Alegre - RS, telefone (51) 3019.5460, e-mail madeira@directapkf.com.br. Data da contratação: 19/10/2007. Descrição do serviço contratado: Auditoria das Demonstrações Contábeis e relatório de sugestões sobre práticas contábeis e fiscais.

Exercício 2008:

BDO Trevisan Auditores Independentes, contador responsável: Paulo Ricardo Pinto Alaniz, CRC nº 1RS 042.460/O-3, CPF nº 369.375.330-04, com endereço na Rua Florêncio Ygartua nº 270, 9º andar, Porto Alegre - RS, telefone (51) 3330.0452, e-mail paulo.ricardo@bdobrazil.com.br. Data da contratação: 04/07/2008. Descrição do serviço contratado: Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos.

Exercício 2009:

BDO Trevisan Auditores Independentes, contador responsável: Paulo Ricardo Pinto Alaniz, CRC nº 1RS 042.460/O-3, CPF nº 369.375.330-04, com endereço na Rua Florêncio Ygartua nº 270, 9º andar, Porto Alegre - RS, telefone (51) 3330.0452, e-mail paulo.ricardo@bdobrazil.com.br. Data da contratação: 05/06/2009. Descrição do serviço contratado: Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos.

2.2. Informações sobre o total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos, R\$ 92.800,00; e no exercício corrente, até o momento, R\$ 12.000,00 para serviços de diagnóstico para adequação e adaptação dos procedimentos contábeis atuais às Normas contábeis internacionais ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

2.3. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1. Informações financeiras selecionadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2009	2008	2007
a) patrimônio líquido	182.765	179.787	159.486
b) ativo total	550.623	581.507	412.297
c) receita líquida	691.832	774.232	633.891
d) resultado bruto	158.148	221.975	174.399
e) resultado líquido	3.391	27.653	22.071
f) número de ações, ex-tesouraria	10.582	10.582	10.582
g) valor patrimonial da ação	17,27	16,99	15,07
h) resultado líquido por ação	0,32	2,61	2,09
i) outras informações contábeis selecionadas pelo emissor:			
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	19.707	73.241	53.760
Equivalência Patrimonial	-	(228)	(205)
Depreciações e Amortizações do Permanente	14.587	13.646	13.391

CONTROLADORA	2009	2008	2007
a) patrimônio líquido	182.765	179.787	159.486
b) ativo total	509.336	543.491	374.160
c) receita líquida	674.679	758.859	542.568
d) resultado bruto	143.215	208.966	163.568
e) resultado líquido	3.391	27.653	22.071
f) número de ações, ex-tesouraria	10.582	10.582	10.582
g) valor patrimonial da ação	17,27	16,99	15,07
h) resultado líquido por ação	0,32	2,61	2,09
i) outras informações contábeis selecionadas pelo emissor:			
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	15.152	68.981	49.816
Equivalência Patrimonial	(1.691)	(1.064)	(500)
Depreciações e Amortizações do Permanente	12.246	11.195	10.939

N/A = não aplicável

3.2. Medições não contábeis

3.2.1. A Companhia divulga medições relacionadas ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, equivalente no Brasil ao LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

a) Valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2009	2008	2007
EBITDA / LAJIDA MR\$	34.294	86.658	66.946
EBITDA / LAJIDA %	5%	11%	12%

CONTROLADORA	2009	2008	2007
EBITDA / LAJIDA MR\$	25.707	79.112	60.255
EBITDA / LAJIDA %	4%	10%	11%

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2009	2008	2007
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	19.707	73.241	53.760
Equivalência Patrimonial	-	(228)	(205)
Depreciações e Amortizações do Permanente	14.587	13.646	13.391
EBITDA / LAJIDA MR\$	34.294	86.659	66.946

CONTROLADORA	2009	2008	2007
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	15.152	68.981	49.816
Equivalência Patrimonial	(1.691)	(1.064)	(500)
Depreciações e Amortizações do Permanente	12.246	11.195	10.939
EBITDA / LAJIDA MR\$	25.707	79.112	60.255

c) Motivo da apresentação dos números com referência ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, ou (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização):

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

3.3. Eventos subsequentes

Não se aplica à Companhia.

3.4. Política de destinação de resultados

CONTROLADORA	2009	2008	2007
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

CONTROLADA	2009	2008	2007
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

3.5. Distribuição de Dividendos, Juros sobre Capital Próprio e Lucros retidos dos 3 últimos exercícios sociais:

CONTROLADORA	2009	2008	2007
a) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos – em MR\$	3.221	26.271	20.967
b) Dividendo distribuído – em MR\$	966	7.881	6.290
- Juros sobre capital próprio	0	0	0
- Dividendo obrigatório	966	7.881	6.290
- Dividendo prioritário fixo	0	0	0
- Dividendo prioritário mínimo	13	107	86
c) % do dividendo sobre o lucro líquido ajustado	30%	30%	30%
d) Dividendo distribuído – por classe e espécie de ações – em MR\$	996	7.881	6.290
- Ordinárias	953	7.774	6.205
- Preferenciais	13	107	85
e) Data de pagamento do dividendo	22/06/2010	10/07/2009	19/08/2008 23/09/2008 21/10/2008 25/11/2008
f) Taxa de retorno em relação ao Patrimônio líquido – em % (LL/PL)	2%	15%	14%
g) Lucros retidos em MR\$	2.425	19.772	15.781
h) Data de aprovação da retenção	28/04/2010	29/04/2009	28/04/2008

CONTROLADA	2009	2008	2007
a) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos – em MR\$	7.128	5.971	4.734
b) Dividendo distribuído – em MR\$	4.020	4.022	4.010
- Juros sobre capital próprio	4.020	4.022	4.010
- Dividendo obrigatório	2.032	1.702	1.420
- Dividendo prioritário fixo	0	0	0
- Dividendo prioritário mínimo	533	447	373
c) % do dividendo ou JCP pago sobre o lucro líquido ajustado	56%	67%	85%
d) Dividendo distribuído – por classe e espécie de ações – em MR\$	4.020	4.022	4.010
- Ordinárias	2.889	2.891	2.882
- Preferenciais	1.131	1.131	1.128
e) Data de pagamento do dividendo	Definido pela AGO de 28/04/2010 que será pago até 31/12/2010	11/09/2009 13/10/2009 10/11/2009 10/12/2009	15/12/2008
f) Taxa de retorno em relação ao Patrimônio líquido – em % (LL/PL)	10%	9%	8%
g) Lucros retidos em MR\$	3.108	1.949	973
h) Data de aprovação da retenção	28/04/2010	29/04/2009	28/04/2008

3.6. Informar se nos 3 últimos exercícios sociais foram declarados Dividendos a conta de Lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores:

Não se aplica à Companhia.

3.7. Nível de endividamento da Companhia

a) Montante total de dívida:

CONSOLIDADO	2009	2008	2007
Dívida Financeira total MR\$	261.573	268.312	102.775
Índice de endividamento*	1,84%	2,07%	1,61%

* Passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido

CONTROLADORA	2009	2008	2007
Dívida Financeira total MR\$	261.379	268.312	102.757
Índice de endividamento*	1,79%	2,02%	1,37%

* Passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido

3.8. Quadro do endividamento da Companhia, por prazos e garantias

Endividamento Bancário - CONSOLIDADO MR\$	a) inferior a 1 ano	b) superior a 1 ano e inferior a 3 anos	c) superior a 3 ano e inferior a 5 anos	d) Superior a 5 anos	Total
Dívidas com garantia flutuante*	20.395	-	-	-	20.395
Dívidas com garantia real**	25.705	2.699	10.044	27.318	66.166
Dívidas sem garantia	147.086	27.926	-	-	175.012
Total	193.186	30.625	10.444	27.318	261.573

* Garantia Flutuante: penhor de recebíveis (duplicatas mercantis) e penhor de estoques (matéria-prima de arroz) para linhas de crédito Rural;

** Garantia Real: hipotecas e alienações fiduciárias de equipamentos.

Endividamento Bancário - CONTROLADORA MR\$	a) inferior a 1 ano	b) superior a 1 ano e inferior a 3 anos	c) superior a 3 ano e inferior a 5 anos	d) Superior a 5 anos	Total
Dívidas com garantia flutuante*	20.395	-	-	-	20.395
Dívidas com garantia real**	25.553	2.657	10.044	27.318	65.972
Dívidas sem garantia	147.086	27.926	-	-	175.012
Total	193.034	30.583	10.444	27.318	261.379

* Garantia Flutuante: penhor de recebíveis (duplicatas mercantis) e penhor de estoques (matéria-prima de arroz) para linhas de crédito Rural;

** Garantia Real: hipotecas e alienações fiduciárias de equipamentos.

3.9. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia.

4. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento na Companhia

a) Fatores de risco relacionados à Companhia

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commoditie* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica Brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de

gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

b) Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização.

c) Fatores de risco relacionados a seus acionistas

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida a Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

d) Fatores de risco relacionados à suas controladas

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda foi criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

e) Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commoditie* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 3% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

f) Fatores de risco relacionados a seus clientes

A empresa detém uma base de clientes com mais de 62 mil CNPJ's cadastrados, sendo mais de 10 mil clientes ativos (corte de 90 dias). Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

g) Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), e spread's bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opressora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional. Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja de alguns países, sendo que tal volume representou 16% de nosso Custo dos Produtos vendidos em 2009 (Consolidado).

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente menos de 5% de sua venda bruta anual (3% em 2009 – dados consolidados). Entretanto, vem desde 2007 estrategicamente investindo na sua estrutura de vendas para o mercado externo.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia adota a prática de análise constante dos cenários micro e macro econômicos, todos que em maior ou menor escala imputam alterações estratégicas e operacionais na gestão da companhia. Entende que utiliza boas ferramentas de informação e gestão, utiliza seus indicadores de *performance* constantemente em avaliações comparativas dentro e fora de seu segmento de atuação. Adota política de rígida disciplina financeira e gestão conservadora de Caixa, e seus executivos da alta administração encontram-se focados na identificação de oportunidades nos pontos de risco acima identificados.

A Organização não identifica atualmente cenário para aumento ou redução de riscos mencionados na seção 4.1..

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia e suas controladas:

Controladora, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2009:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão; (iii) probabilidade de perda provável e possível indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia;

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,997 milhões em 31/12/2009. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
				Autor (a)	Ré					
96.0009765-8	Juízo Federal de Porto Alegre	Agravo de Instrumento pendente de julgamento no STF	07/06/1996	JOSAPAR	Delegado da Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 26.725,17. Garantido mediante depósito judicial.	Inexigibilidade do ILL da Transportadora Joveira Ltda, no exercício de 1992, ano-base 1991, por inconstitucional o art. 35 da Lei 7713/88, bem como pela utilização do IPC/IBGE para fins de correção monetária das demonstrações financeiras. (Proc. Adm. 11080.006505/92-43) Denegada a segurança no TRF4ªR, foi ela concedida no REsp. 328.879 (DJU 26.06.02). Negado seguimento ao RE da União Federal, esta interpôs o Ag 464.257, ao qual o relator negou seguimento. Com a interposição do AgRg pela União, os autos encontram-se conclusos ao relator desde 29.11.2004. Em 12.01.10 foi provido o AgRg da União, a fim de determinar a subida dos autos. Em 01.03.10, os autos foram recebidos no STF.	Possível		
2002.71.10.000001-1	2ª Vara Federal de Pelotas	baixado	07/01/2002	JOSAPAR	Delegado da Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 14.168,01 Garantido mediante depósito judicial.	Objeto: Afastar a exigibilidade da Contribuição Previdenciária de que trata o art. 31, da Lei n. 8.212/91 (com a nova redação dada pela Lei n. 9.032/95), decorrente da sua responsabilidade solidária em razão da contratação de serviços de mão-de-obra, junto às empresas prestadoras de serviços. Proferida sentença denegando a segurança. Foi interposto, em 25.02.03, recurso de apelação, ao qual foi dado provimento através de acórdão. Foram opostos embargos declaratórios pela União, os quais foram parcialmente acolhidos para fins de prequestionamento (DJ 22.09.09). Em 28.10.09 foi interposto recurso especial pela Fazenda, sendo em 09.12.09 apresentadas contrarrazões pela Empresa. Em 06.04.10 foi publicado a decisão do relator negando seguimento ao REsp da UF (1.177.783). Com o trânsito em julgado, em 23.04.10, aguarda remessa para vara de origem.	Prejudicado, face ao trânsito em julgado.		
2006.71.10.001844-6	1ª Vara Federal de Pelotas	baixado	10/04/2006	Josapar	Delegado da Receita Federal	Valor da causa: R\$ 10 mil	Mandado de segurança que pretendia a expedição de certidão negativa de débitos por parte da Receita Federal. Exaurido o objeto o processo foi baixado.	Prejudicado, face ao trânsito em julgado.		
2006.71.10.001885-9	1ª Vara Federal de Pelotas	baixado	10/04/2006	Josapar	Delegado da Receita Federal	Valor da causa: R\$ 10 mil	Mandado de segurança que pretendia a expedição de certidão negativa de débitos por parte da Receita Federal. Exaurido o objeto o processo foi baixado.	Prejudicado, face ao trânsito em julgado.		

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
11040.000241/2003-50	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	31/03/2003	Receita Federal	JOSAPAR	Valor envolvido R\$ 1.129.141,96 (principal+multa+juros). Foi arrolado como garantia o Imóvel matriculado sob número 2.280 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Pelotas.	Lançamento de CSLL decorrente de glosa da compensação de base de cálculo negativa - Ineficácia Tributária de Operação de Incorporação. Julgado procedente o julgamento. Interposto recurso voluntário. Recurso voluntário incluído na pauta de julgamento no dia 18/05/2010 (1ª Seção/2ª Turma da 4ª Câmara).	Possível		
11040.001458/2004-68	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	19/01/2005	Receita Federal	Josapar	Valor envolvido : R\$ 1.887.088,68 (principal+multa+juros). Foi arrolado como garantia o imóvel matriculado sob número 28.094 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Pelotas.	IRPJ/CSLL - Glosa da dedução das despesas financeiras, especialmente juros, encargos e variações, nas bases de cálculo dos tributos, incidente sobre a renda, mediante a desconsideração dos negócios jurídicos, que as partes contratuais realizaram, para internalizar os bens numerários, oriundos do programa de papéis comerciais. Decisão julgando procedente o lançamento. Recurso voluntário com arrolamento de bem imóvel. Na 7ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Acórdão 107-08867, por unanimidade, rejeitando as preliminares de nulidade. Quanto ao IRPJ, por unanimidade, acolhendo a preliminar de decadência dos trimestres do ano-calendário de 1998 e rejeitando a preliminar de decadência quanto ao ano de 1999. Quanto à CSLL, por maioria, rejeitando a preliminar de decadência. E, no mérito, por unanimidade, negando provimento ao recurso de IRPJ e CSLL. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Ciência do acórdão 107-08867. Interposto recurso especial à CSRF. Desde 06.10.2008, processo encaminhado à CSRF para julgamento do recurso especial. Desde 02.12.2009, processo movimentado para SERVIÇO CONTROLE ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - DRFPOA-RS para intimação de Despacho	Possível		
11040.000983/2001-13	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	09/10/2006	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.419.597,85 (principal+multa+juros). Em 30.11.2006 foi pago o valor total de R\$ 103.014,44, referente ao saldo devedor principal acrescido de multa e SELIC, decorrente da compensação a maior de COFINS com créditos de IRRF s/ aplicações financeiras no ano calendário de 2000.	Compensação do crédito (1) de IRRF s/ aplicações financeiras com débitos de PIS/COFINS; e (2) de IRPJ do ano de 1996 com débitos do próprio imposto, mas que, por equívoco, constou na DCTF o ano de 2000, o que ocasionou o indeferimento do pleito de compensação deste período. Interposto recurso voluntário. Para a 5ª Câmara do 1º CC. Na sessão de julgamento de 13.08.2008: convertido o julgamento em diligência. Desde 22.07.2009, processo encaminhado para o CONSELHO ADMINIST RECURSOS FISCAIS-MF-DF. Para relato 1º Conselho/5ª Câmara. Desde 03.11.2009, no SECOJ/CARF - SERVIÇO DE CONTROLE DE JULGAMENTO.	Possível		

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
11080.007836/2006-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	22/11/2006	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.419.597,85 (principal+multa+juros).	Trata-se de Pedido de Restituição/ Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente da apuração trimestral, indeferido em função do IRRF deduzidos do imposto devido em cada período-base. Interposição de Manifestação de Inconformidade. No Primeiro Conselho de Contribuintes-MF-DF. Desde 21.10.2008, processo encaminhado para REP CONSELHO CONTRIBUINTES - CAMPINAS - SP. Desde 01.04.2010, processo encaminhado ao CONSELHO ADM.T RECURSOS FISCAIS-MF-DF.	Possível		
11040.001264/2000-77	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	22/11/2006	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 963.120,65 (principal+multa+juros)	Trata-se de Pedido de Restituição/ Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente de apuração, parcialmente deferido Interposição de Manifestação de Inconformidade. Interposto recurso voluntário. Para o Primeiro Conselho de Contribuintes-MF-DF, PRIMEIRA CÂMARA. Desde 17.10.2008, para Relato do Conselheiro João Carlos de Lima Júnior. Desde 01.04.2010, processo encaminhado do REP CONSEL ADM REC FISCAIS-CAMPINAS-SP ao CONSELHO ADMINIST RECURSOS FISCAIS-MF-DF.	Possível		
11080.900076/2009-57	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	26/02/2009	Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.555.109,20 (principal+multa+juros)	Trata-se de saldo negativo da CSLL de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não consta declarado na DIPJ 2004 Em 26.02.2009, protocolo de Manifestação de Inconformidade perante a RFB de Porto Alegre, RS. Desde 20.11.2009, processo movimentado para SERVIÇO ORIENTAÇÃO ANÁLISE TRIBUTÁRIA - DRFPOA-RS.	Possível		
11080.900075/2009-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância		Josapar	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 5.953.386,02 (principal+multa+juros).	Trata-se de saldo negativo do IRPJ de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não corresponde àquele declarado na DIPJ 2004. Em 26.02.2009, protocolo de Manifestação de Inconformidade perante a RFB de Porto Alegre, RS. Dia 11.12.2009, informação de que o processo está no SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS.	Possível		
11080.010828/2005-62	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	14/12/2005	Delegacia da Receita Federal	Josapar	PIS R\$ 1.371.529,46 COFINS R\$ 6.102.121,57	Em 15/02/2008, a 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre, indeferiu a Impugnação da empresa. Em 04/04/2008, inconformada com a referida decisão, a empresa apresentou Recurso Voluntário. Em 05/02/2009, foi negado provimento ao Recurso Voluntário apresentado pela empresa. Aguarda intimação da decisão.	Possível	PIS R\$ 1.371.529,46 COFINS R\$ 6.102.121,57	
643855-4	Processo Administrativo	1ª Instância	21/08/2005	Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná	Josapar	R\$ 19.938,91	Em 14/09/2009, o Auto de Infração foi julgado improcedente. Aguarda intimação da empresa.	Possível	R\$ 19.938,91	
0127-010403/2008	Processo Administrativo	2ª Instância (TARF)	08/07/2008	Secretaria da Fazenda do Distrito Federal	Josapar	R\$ 750.185,24	Em 22/04/2009, contra indeferimento da Impugnação, a empresa apresentou Recurso Voluntário ao TARF. Aguarda julgamento do Recurso Voluntário.	Possível	R\$ 750.185,24	
103.0004389-4	1ª Vara Cível de Cachoeira do Sul	1ª Instância	05/06/2002	Janaína Jardim Lopes	Josapar	R\$ 190.726,00	Efetuamos o pagamento mensal do acordo correspondente 3 7,14 salários mínimos nacionais mensais aos autores. Prazo final da prestação: abril/2013	Possível	R\$ 190.726,00	

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
2002.2004046757-9	17ª Vara Cível de João Pessoa-PB	1ª Instância	29/09/2004	Pegasus Representações e Serviços	Josapar	R\$ 6.833,17	Aguarda produção de prova testemunhal e pericial	Possível	R\$ 6.833,17	
12.751/04	6ª Vara Cível de Feira de Santana-BA	2ª Instância	02/02/2004	Racla Comercial de Alimentos	Josapar	Ação indenizatória julgada parcialmente procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento de R\$ 16,740 mil	Aguarda julgamento do pedido de reconsideração da decisão que negou seguimento ao Recurso Especial.	Possível	R\$ 16.740,00	16,740
1.2004.022633-7	30ª Vara Cível de Recife	2ª Instância	27/08/2004	Refrescos Guararapes	Josapar	Ação cautelar de exibição de documentos julgada procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento dos honorários de sucumbência no montante de R\$ 2 mil	Aguarda julgamento da apelação	Possível	R\$ 2.000,00	2
001/2.05.0003017-6	30ª Vara Cível de Recife	2ª Instância	24/02/2005	Refrescos Guararapes	Josapar	Ação indenizatória julgada procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento de R\$ 40 mil	Aguarda julgamento da apelação	Possível	R\$ 40.000,00	40
022/1.06.0018161-9	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	17/10/2006	Cíntia Elena da Silva e Outros	Josapar	Processo suspenso a pedido da autora.	Processo aguarda produção de prova emprestada.	Possível	R\$ 200.000,00	
473377	1ª Vara Cível de São José do Rio Preto	2ª Instância	3/9/2007	Orozimbo Osório e outros	JOSAPAR	Ação julgada parcialmente procedente, com a condenação da Josapar ao pagamento de indenização no valor de R\$ 74.700	Aguardamos o julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo	Possível	R\$ 74.700,00	74,7
023451-3	8ª Vara Cível de Santos-SP	baixado	12/05/2008	Andréia Crisitna Batista Barbosa	Josapar	Ação julgada improcedente. Transitada em julgado.	Sentença de improcedência transitada em julgado.	Prejudicado, face ao trânsito em julgado.	-	-
1021/2008	Juizado Especial Cível de Cuiabá (centro)	2ª Instância	30/4/2008	Eliza Aparecida Moringo	JOSAPAR	Ação julgada procedente, condenando a Josapar ao pagamento de verba indenizatória no valor de R\$ 16.600,00	Aguardamos julgamento do Recurso Inominado pelas Turmas Recursais do Estado do Mato Grosso.	Possível	R\$ 16.600,00	16,6

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	Autor (a)	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
2210.900.159.589	3ª Vara do Trabalho de Pelotas	baixado	13/09/2007	Isabel Cristina Heimberg Possas	JOSAPAR		Ação trabalhista julgada improcedente. Transitada em julgado. Processo arquivado.	Prejudicado, face ao trânsito em julgado.	-	-
0731-2004-101-024-00-0	1ª Vara do Trabalho de Pelotas	1ª Instância	02/07/2004	Soli Fonseca da Silva	JOSAPAR		Processo em fase de execução de sentença. Aguarda apresentação de memória de cálculo pelo perito			

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2009:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (>R\$ 50 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
				Autor (a)	Ré					
2008.71.00.018531-3	2ª Vara da Federal Tributária de Porto Alegre	2ª Instância	29/07/2008	Real	Receita Federal	Valor envolvido: R\$ 1.750.459,40	A ação busca o reconhecimento da nulidade da intimação da decisão do recurso voluntário interposto nos autos do PAF 11080.00498/2002-54, para que seja processado o recurso especial pela empresa interposto, com a conseqüente desconstituição da CDA 00.2.08.001054-30. As autoridades coatoras apresentaram suas informações. Autos remetidos ao MPF e devolvidos com parecer. Em 31.10.2008, sobreveio sentença denegando a segurança, da qual a empresa apelou ao TRF da 4a Região. Autos remetidos à Fazenda Nacional para apresentação de contra-razões ao recurso da Empresa. Distribuídos os autos encontram-se conclusos desde 02.04.2009.	Possível		
11080.003955/2000-75	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	02/06/2000	Receita Federal	Real	Valores envolvidos: R\$ 141.711,93 (1) ; R\$ 1.206.214,12 (2) e R\$ 246.490,08 (3). Nestes processos foi arrolado como garantia um prédio comercial e respectivo terreno para estacionamento, registrados na 2ª Zona de Porto Alegre, Livro nº 2, matrículas nº 103.931, 110.863, 110.865, 110.866, 110.867, 110.868 e 110.869, de valor total de R\$ 1.117.238,72 em 29/11/2004.	Trata-se de compensação de base de cálculo negativa da CSLL acima do limite legal de 30%. Acórdão DRJ/POA n. 4.181/04 julgando o lançamento procedente. Recurso Voluntário ao CC. Por maioria, negando provimento ao recurso. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Interposto recurso especial à CSRF. Desde 26.09.2008 o processo foi encaminhado à CSRF. Desde 02.12.2009, processo movimentado para SERV CONTROLE ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - DRFPOA-RS. Intimação n. 1.302/2009/SECAT/COB, relativamente a admissão parcial do recurso especial interposto, admitindo julgar matéria em instância superior (i) sobre os efeitos na base de cálculo da CSLL da diferença da correção monetária do IPC/BTNF; e, (ii) sobre a natureza das despesas diferidas relativas a diferença da correção monetária do IPC/BTNF na sucedida por incorporação, em síntese, se a sucessora pode aproveitar tais encargos, senão se ditas despesas diferidas são vedadas pela mesma aproveitar. Desde 29.03.2010, processo encaminhado ao CONSELHO ADMINIST RECURSOS FISCAIS-MF-DF para julgamento do recurso especial.	Possível		
11080.000498/2002-54	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	04/01/2002	Receita Federal	Real		Trata-se de lançamento de IRPJ decorrente da redução indevida do Lucro Real em virtude da exclusão, no ano de 1996, de valores correspondentes a despesas com depreciação de 1991 e 1992, diferença IPC/BTNF, Lei n. 8.200/91, art. 3º, não computadas no resultado fiscal da incorporada Supermercados Real S.A. Julgando procedente o lançamento. Recurso Voluntário ao CC. Foi negado provimento ao recurso. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento face a sua declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Com a interposição de Recurso Especial à CSRF, em 14.07.2008, processo reencaminhado em 10.09.2008 para o DIV DÍVIDA ATIVA UNIÃO-PRFN-4 REGIÃO-RS . Aguarda término do MS 2008.71.00.018531-3 que busca o reconhecimento da nulidade da intimação da decisão do recurso voluntário interposto nos autos deste PAF, para que seja processado o recurso especial pela empresa interposto, com a conseqüente desconstituição da CDA 00.2.08.001054-30.	Possível		

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
				Autor (a)	Ré					
11080.000497/2002-18	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	03/01/2002	Receita Federal	Real		Trata-se de lançamento de CSLL decorrente (i) da redução indevida da sua base de cálculo em virtude da exclusão, no ano de 1996, de valores correspondentes a despesas com depreciação de 1991 e 1992, diferença IPC/BTNF, Lei n. 8.200/91, art. 3º, não computadas no resultado fiscal da incorporada Supermercados Real S.A.; e (ii) da compensação de base negativa superior ao saldo existente. Julgado procedente o lançamento. Recurso Voluntário ao CC. Negando provimento ao recurso. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Ciência do Acórdão 101-95966. Interposto recurso especial à CSRF. Desde 26.09.2008, após admissão do recurso, o processo foi encaminhado à CSRF para julgamento do recurso especial (aguardando confirmação de recebimento). Desde 11.01.2010, processo movimentado ao CARF.	Possível		
027/1.05.0038115-4	1ª Vara da Fazenda Pública de Santa Maria	1ª Instância	27/09/2009	Município de Santa Maria	Real	R\$ 306.000,00	Processo julgado extinto em face do pagamento da dívida			
027/1.08.0022890-4	1ª Vara da Fazenda Pública de Santa Maria	1ª Instância	10/12/2008	Município de Santa Maria	Real	R\$ 855.872,65	Aguarda citação da empresa			
022/1.05.0023070-7	3ª Vara Cível da Comarca de Pelotas	1ª Instância	13/04/2004	Concretos Carvalho Ltda.	Real	R\$ 182.985,81	Execução suspensa até o julgamento final dos Embargos à Execução (foram julgados improcedentes em 1º grau, sentença confirmada pelo TJ, Interpusemos Recurso Especial).	Provável	R\$ 182.985,81	182,98

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas do emissor da Companhia e de suas Controladas

- a) Juízo: 7ª. Vara Cível de Porto Alegre – RS
- b) Instância: 1ª.
- c) Data de instauração: 17/06/2009
- d) Partes do processo: Autor: João Carlos de Oliveira Júnior (acionista e ex-conselheiro) x Companhia (ré)
- e) Valores envolvidos: R\$ 139.431,20
- f) Principais fatos: cobrança de honorários de Conselheiro
- g) Chance de perda: possível
- h) Análise do impacto da perda: mínimo para as finanças da empresa
- i) Valor provisionado: não há

4.5. Impactos no caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte

Não se aplica à Companhia.

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para seu negócio

Não se aplica à Companhia.

4.7. Outras contingências relevantes

4.7.1. Plano de readequação fiscal

Seguindo a política de reduzir contingências fiscais, já adotada pela Companhia em relação ao REFIS e ao PAES, no exercício de 2009 a empresa aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB.

A Companhia optou por não incluir o saldo remanescente do PAES, Lei 10.864/03 novo parcelamento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 era de MR\$ 2.531 (MR\$ 3.121 em 31/12/2008).

O total dos débitos, objeto do novo programa, monta MR\$ 21.621, já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2009 é de MR\$ 1.356, resultado da composição, ainda pendente de consolidação junto a PGFN/RFB, conforme o quadro a seguir:

Composição do Refis-Lei 11.941/2009:

Tributos	Valor líquido após benefícios da lei 11.941	Liquidados com Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos Fiscais	Liquidados com Depósitos Judiciais	Pagamento à vista RFB PGFN INSS	Pagamento Parcela RFB PGFN INSS	Atualização Monetária Selic até 31.12.2009	Saldo em 31.12.2009 para parcelamento Mínimo em 180 vezes
PIS-RFB	2.620	(17)	(1.969)	(634)	-	-	-
COFINS-RFB	11.446	(2.406)	(3.423)	(5.617)	-	-	-
INSS-RFB	238	-	(227)	(10)	(1)	-	-
IRPJ-RFB	4.325	-	(3.687)	-	(1)	9	646
CSLL-RFB	1.875	-	(1.175)	-	-	10	710
IRRF-RFB	648	(67)	-	(581)	-	-	-
CSRF-RFB	16	-	-	(16)	-	-	-
IRPJ-PGFN	115	-	(115)	-	-	-	-
CSLL-GFN	300	-	(290)	(10)	-	-	-
IRPJ-PGFN	38	-	(38)	-	-	-	-
	21.621	(2.490)	(10.924)	(6.868)	(2)	19	1.356

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados

Não se aplica à Companhia.

5. Riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
- Acontecimentos e percepção de riscos em outros países, sobretudo Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (97% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e *spread's* bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2009, MR\$ 261.379 (controladora). A Controlada não tem dívida relevante para suas operações (MR\$ 0,2 em 31/12/2009).

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770/96. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de *SWAP* para a variação do CDI –

Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a MR\$ 4.464 em 31/12/2009.

Os empréstimos contratados pela Controladora diretamente em moeda estrangeira são equivalentes a MUS\$ 5.330 (MR\$ 9.281 em 31/12/2009), e estão representados por financiamentos de importação - cujos encargos incluem variação cambial acrescida de spread bancário; e provisão para discussão judicial com a *IFC – International Finance Corporation*, cujo valor divergente remanescente em 31.12.2009 MR\$ 6.244 e está contabilmente provisionado.

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho Fiscal ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.3. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A empresa percebe que os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira seguem em linha com o que apontavam as projeções do Banco Central e demais instituições financeiras domésticas ao final do exercício passado, com a elevação da taxa interna de juros com objetivo de conter pressões inflacionárias. A exceção está na robustez do nível de crescimento e aceleração econômica local, o que pode influenciar positivamente o volume de venda de nossos produtos.

As políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida.

5.4. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia.

6. Histórico da Companhia

Grupo

O grupo JOSAPAR atua no ramo de alimentos, e controla uma empresa que mantém interesses na área de comércio e administração de imóveis. Fundada na década de 1920, a Companhia iniciou suas atividades com uma pequena loja de varejo. Com a evolução e a diversificação, passou a possuir quatro empresas, nos ramos de alimentos, com base no arroz, da agropecuária, de supermercados e de imóveis.

Tem sua sede na cidade de Porto Alegre, RS na Avenida Carlos Gomes, nº 651, 5º andar, empregando mais de 1.000 colaboradores diretos, com filiais industriais em Pelotas e Itaqui no Rio Grande do Sul, e em Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco, além de várias filiais comerciais cobrindo todas as regiões do País.

Ao longo de 1995, o Grupo realizou um forte programa de reestruturação societária e operacional com o intuito de sanear a situação financeira em que se encontrava, aperfeiçoando eficiência e qualidade.

No ano de 1997 a Companhia promoveu a sua retirada do ramo de distribuição, através da venda da participação que detinha junto à Cia Real de Distribuição (amplamente conhecida rede Supermercados Real), com o objetivo de focalizar mais fortemente sua atenção no ramo de alimentos.

De 1997 a 1999, dando prosseguimento a sua estratégia de incremento a participação no mercado de alimentos, com produtos com maior valor agregado, lançou diversas linhas de produtos dentro de padrões superiores de qualidade exigidos pelo mercado, dentre os quais se

incluem, a linha do Cozinha Fácil Tio João, linha de soja com a marca Supra-soy, o Feijão Biju em suas diversas variedades, as linhas de arroz com apelos regionais e culturais, Cozinha e Sabor Tio João e Variedades Mundiais Tio João.

Líder nacional na industrialização e comercialização de arroz e feijão, produtos largamente consumidos na dieta dos brasileiros, tem seu controle acionário nas mãos da família Oliveira desde a fundação.

Integra também o conjunto de suas empresas, a Real Empreendimentos S/A; onde detém 54,71% do capital, e destina-se a oferecer maiores facilidades aos consumidores do varejo, através do conceito *One Stop Shopping* e a Josapar Internacional *offshore* criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros – tendo preparado e formalizado um Programa de *Euro Commercial Paper* em 1997, onde a garantidora era Josapar.

6.1. Dados da Companhia

JOSAPAR operacional - Controladora

a) Data de constituição: 01 de Outubro de 1973

b) Forma: Sociedade Anônima de Capital Aberto

c) País de constituição: Brasil

6.2. Prazo de duração da companhia: Indeterminado

6.3. Breve histórico

Fundada em 1973 (antiga Suprarroz S/A Indústria e Comércio) com capacidade instalada de processamento de 20.000 toneladas de arroz em casca ao ano, a Josapar se tornou, em virtude de qualidade de seus produtos e dos constantes investimentos, uma grande companhia de alimentos, uma das maiores processadoras de arroz e feijão do país, com capacidade instalada para processar em torno de 770.000 toneladas anuais de matéria prima de arroz em suas 6 unidades operacionais.

Visando o aproveitamento integral do grão de arroz, inaugurou em 1980 a unidade de arroz parboilizado e em 1984, a unidade de produção de farinha, a partir dos grãos quebrados no processo de beneficiamento.

Em 1987 a Companhia expandiu a capacidade das unidades existentes, localizadas em Pelotas e em 1989, inaugurou sua nova unidade de Itaqui, atendendo a crescente demanda por seu produtos.

No início dos anos 90, com o alargamento da fonte de suprimentos, a empresa construiu duas Unidades de Reprocessamento (chamadas URP), com o objetivo de ajustar as fontes de suprimentos ao padrão adequado de qualidade de seus produtos, acrescentando 81.000 toneladas anuais em sua capacidade de produção.

Em março de 1992, a capacidade de Itaqui foi ampliada em 240.000 toneladas anuais, objetivando a participação da crescente expansão da produção de arroz na Argentina e da criação do Mercosul.

Com as unidades de Pelotas e Itaqui, a Josapar participa dos mercados em mais de 80% das regiões produtoras de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1998 a Companhia iniciou projeto de ampliação, modernização e implantação de novos complexos industriais em Pelotas e Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Jaboaão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, projetos integralmente conclusos ao final do ano 2000.

Neste mesmo ano entrou em operação a Unidade de Pernambuco, com capacidade para beneficiar 80 mil toneladas anuais de arroz com casca.

Entre 2005 e 2010, realizou investimentos de ampliação e atualização tecnológica na ordem de mais de R\$ 90 milhões, passando a ter capacidade de armazenamento estático de matéria-prima de 250.000 toneladas, representando mais de 5 milhões de sacos de arroz, e dando seqüência a premissa estratégica de possuir estruturas adequadas para oferecer o melhor arroz do Brasil a seus consumidores, através de 9 filiais comerciais (PR, SP, RJ, DF, MG, BA, CE, MA, PA) e mais de 80.000 pontos de venda em todo o território brasileiro.

6.4. Data de Registro na CVM: 04 de março de 1988

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado pela Companhia ou qualquer de suas controladas, indicando:

Para o item em referência, a Companhia identifica um único evento nos últimos 3 exercícios sociais, discriminado nos itens abaixo.

a) Evento

Compra de ações da Companhia pelo principal controlador, Peroli S/A Participações.

b) Principais condições do negócio

O controlador da Companhia, Peroli S/A Participações, identificando um período de pouca valorização dos valores mobiliários no Brasil, procurou durante os anos de 2007, 2008 e 2009 adquirir lotes de ações ordinárias e preferenciais da Companhia disponíveis no mercado com a finalidade de consolidar e fortalecer seu controle.

c) Sociedades envolvidas

Peroli S/A Participações e ações disponíveis no mercado da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, até então sob propriedade de investidores diversos.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; e e) quadro societário antes e depois da operação:

Participação – Peroli S/A Participações ANTES das operações	Quantidade	%
Ações ordinárias – JOPA3	5.616.176	53,74%
Ações preferenciais – JOPA4	0	0%
Total	5.616.176	53,07%

Participação – Peroli S/A Participações APÓS as operações	Quantidade	%
Ações ordinárias – JOPA3	6.161.976	58,96%
Ações preferenciais – JOPA4	500	0,38%
Total	6.162.476	58,23%

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos

Não se aplica à Companhia.

6.7. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia.

7. Atividades da Companhia

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do mundo e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detentora da marca líder do segmento de arroz branco Premium do país – Tio João, há 30 anos líder de vendas e há 10 anos a marca mais lembrada em pesquisas de *Top Of Mind*.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

7.2. Segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar diversas marcas relacionadas na linha de arroz branco, arroz parboilizado e integral, farelo, farinha de arroz, linhas de facilitadores e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil Tio João, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, além de feijão em todas as suas variedades com a marca Biju. Desde a década de 80 possui uma unidade de fertilizantes, com a marca Organo NPK, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com a marca Suprasoy.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais – vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

- Controladora:

Distribuição da receita por segmento - CONTROLADORA	2009	2008	2007
Arroz Branco	53%	53%	55%
Arroz Parboilizado	13%	13%	11%
Produtos semi-prontos / agregados de arroz	3%	2%	2%
Adubo	10%	10%	5%
Feijão	3%	4%	4%
Divisão Soja	5%	4%	5%
Demais produtos	13%	14%	18%
Total	100%	100%	100%

- Controlada: Não aplicável, atua em segmento específico.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável à Companhia.

7.3. Características dos produtos e serviços da Companhia (Controladora)

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 95% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim do mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes de mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. E nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, secagem, classificação e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. A compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos 5 anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz.

A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, os adequando ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

Processos de produção:

Beneficiamento de arroz branco: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em descascamento, polimento, separação, eletrônica, brilhamento e empacotamento;

Beneficiamento de arroz parboilizado: a parboilização é um processo de tratamento térmico dado ao grão do arroz em casca antes do beneficiamento e envolve seis estágios principais: limpeza, encharcamento, autoclavagem, secagem, beneficiamento e empacotamento. O processo resulta numa menor perda dos elementos nutritivos do arroz;

Beneficiamento de feijão: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em: polimento, separação, eletrônica, brilhamento e empacotamento.

Processos de Industrialização:

Farinha de Arroz: a matéria-prima básica deste produto é o arroz quebrado, sendo que o processo retira deste arroz a totalidade das impurezas, por sistema físico e eletrônico, inclusive as impurezas leves. Seguem-se a moagem do grão, classificação granulométrica e o tratamento térmico necessário de inativação. A farinha de arroz pode ser utilizada para fins alimentares, (em molhos, sopas, recheios de tortas, papas infantis, etc.), como substituto da farinha de trigo convencional e, também, na atividade industrial, na siderurgia e outras.

Arroz parboilizado *Boil-in-bag*: produzido a partir da seleção diferenciada da matéria prima do arroz parboilizado, seu processo constitui, especialmente, além da parboilização própria para esta linha, do acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr.

Cozinha Fácil Tio João: componente da linha facilitadores de cozinha, seu processo de produção consiste na mistura do arroz parboilizado com temperos, condimentos e outros cereais desidratados e o acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr. É produzido em cinco variedades, à grega, com *funghi*, com *curry*, com ervas finas, e com brócolis.

Linha soja:

a) Alimentos em pó Supra-Soy: linha de bebidas a base da proteína isolada da soja, resultado de parceria com a The Solae Company, consiste na mistura das diferentes receitas e embalagem do pó (leite em pó) em latas e saches.

b) Barras Protéicas Supra-Soy: as barras também oferecem 7 gr. de proteína isolada de soja e estão disponíveis nos sabores banana; damasco e frutas amarelas; maçã com canela e uva passa; morango com chocolate ao leite; e laranja com chocolate ao leite. Feitas a base de crispies de proteína isolada de soja, aliam importante quantidade de proteína vegetal (7 gr.) com uma inovadora combinação de crocância e o delicioso sabor das frutas naturais.

Cozinha e Sabor Tio João: seu processo produtivo consiste na mistura de tipos especiais de arroz com temperos e condimentos e componentes de cozinhas típicas como o charque para o arroz de carreteiro, a galinha para o arroz com galinha, e queijos para os risotos.

Variedades Mundiais Tio João: o processo produtivo é o mesmo do arroz branco, utilizando quatro tipos diferentes de arroz como matéria prima, o arroz arbório, o sasanishiki, o jasmini e o selvagem. Em embalagens práticas e sofisticadas, destina-se a segmentos de mercado de alta gastronomia.

Arroz Tio João Integral: no processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz Tio João Integral Orgânico: é produzido sem agrotóxicos ou produtos químicos. No processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz tio João + Vita: o Arroz Tio João + Vita é um produto *premium*, sem similar no mercado. Ele é um produto enriquecido com vitaminas A, B1, PP, B9, Ferro e Zinco, e fonte de vitamina B12.

Tio João 7 Cereais e Tio João 7 Cereais + Soja: é a mistura de arroz integral, aveia integral, cevada integral, trigo, centeio, triticale, arroz selvagem e no segunda produto, mais nutrientes da soja.

Adubo Químico: a empresa promove a aquisição dos componentes tradicionais de adubos (fosfato e derivados, nitrato de amônio e cloreto de potássio), e desenvolve as misturas necessárias para cada formulação específica.

Adubo Organo-Mineral: o produto é constituído de 50% de matéria-prima orgânica, (turfa e linhito) e, 50% de matéria-prima mineral, componentes dos adubos químicos. Seu processo físico e químico resulta em fertilizantes na forma de grânulos, com firme consistência e tamanho uniforme.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda.

A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado

A organização é líder de mercado no segmento de arroz branco no país com a marca Tio João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados

A Companhia está inserida em mercado extremamente pulverizado em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos.

O mercado competitivo é sensível a variação de preços da matéria prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços

Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma *commoditie*, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no último exercício social (2009), informando:

- a) Montante total de receitas provenientes do cliente
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Não há no último exercício social cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

Não aplicável à Companhia.

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes

Não aplicável à Companhia.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6. informar em que medida a Companhia está sujeita a regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta nos negócios

Não aplicável à Companhia.

7.8. Descrever as relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste formulário

Não aplicável à Companhia.

7.9. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia.

8. Grupo econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia

a) Controladores diretos e indiretos

Peroli S/A Participações, controle direto, pessoa jurídica detentora de 6.161.976 ações ordinárias da Companhia, o que representa 58,96% do total das ações com direito a voto, e 58,23% da totalidade das ações da organização.

b) Controladas e coligadas

Conforme já informado, a Companhia possui uma controlada chamada Real Empreendimentos, que atua na área de comércio e administração de imóveis, com participação de 54,71%, e uma *offshore*, denominada Josapar International, criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros e sem operação desde 1999.

c) Participações da Companhia em sociedades do Grupo

Não aplicável à Companhia.

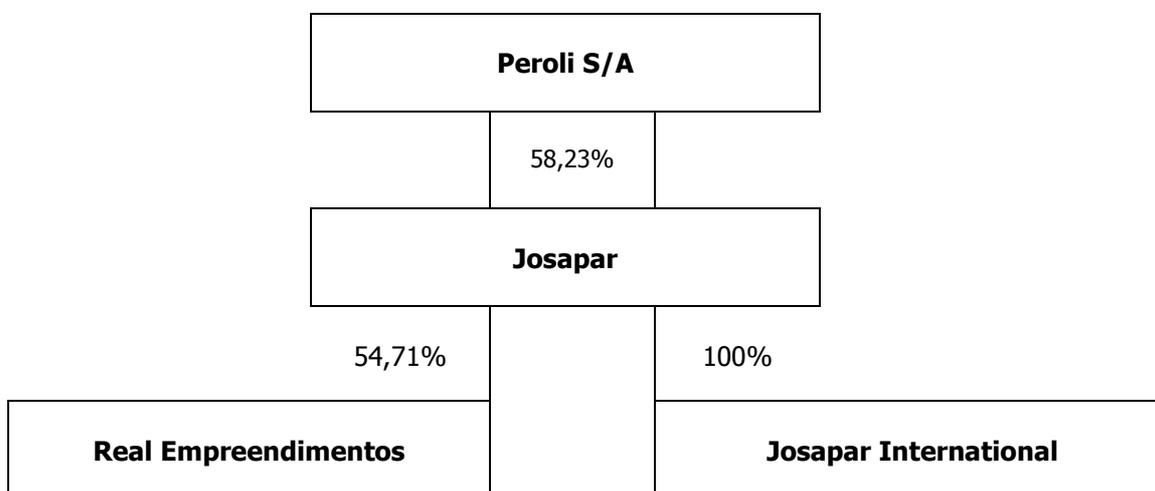
d) Participações de sociedades do Grupo na Companhia

Não aplicável à Companhia.

e) Sociedades sob controle comum

Não aplicável à Companhia.

8.2. Organograma do Grupo econômico



8.3. Operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo nos últimos 3 exercícios sociais

Respondido pelo item 6.5..

8.4. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia.

9. Ativos relevantes

9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia no último exercício social

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização

Quadro dos ativos mais relevantes

Ativos relevantes – Controladora	% no ativo não circulante
Unidade Fabril Vila Princesa – Pelotas – RS	28%
Unidade Fabril Itaqui – Itaqui – RS	33%
Unidade Química – Pelotas – RS	2%
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar – RS	7%
Unidade Centro – Pelotas – RS	2%
Unidade Exportação – Pelotas – RS	1%
Unidade URP - Pelotas – RS	1%

Ativos relevantes – Controlada	Valor no ativo não circulante
Monet Plaza Shopping – Santa Maria – RS	13%
Loja Jose de Alencar – Porto Alegre – RS	6%
Loja Teresópolis – Porto Alegre – RS	8%
Loja BIG Rio Grande – RS	5%
Loja Big Novo Hamburgo – RS	6%
Zona Sul Strip Center – Porto Alegre – RS	4%
24 de Outubro – Porto Alegre – RS	5%

b) Patentes, marcas, licenças, concessões, fraquias e contratos de transferência de tecnologia, informando (i) duração, (ii) território atingido

MARCAS PROPRIAS	PRAZO DE UTILIZAÇÃO	TERRITÓRIO
BELEZA	Indeterminado	Brasil
TIO JOÃO	Indeterminado	Brasil
TIO MINGOTE	Indeterminado	Brasil
BIJU	Indeterminado	Brasil
NÚMERO 1 ORGANO NPK	Indeterminado	Brasil
IMPACTO	Indeterminado	Brasil
SUPRARROZ	Indeterminado	Brasil
SUPRAFÉRTIL	Indeterminado	Brasil
EXTRA	Indeterminado	Brasil
BATACLAN	Indeterminado	Brasil
PUPPY	Indeterminado	Brasil
SUPREMO	Indeterminado	Brasil
NO PONTO SUPRARROZ	Indeterminado	Brasil
CREMOSITO	Indeterminado	Brasil
COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	Indeterminado	Brasil
CAIAQUE	Indeterminado	Brasil
AMITEC	Indeterminado	Brasil
PIACH	Indeterminado	Brasil
AMARELITO	Indeterminado	Brasil
AMARELINHO	Indeterminado	Brasil
COZINHA VIVA	Indeterminado	Brasil
PEDRINHO	Indeterminado	Brasil
CLÁSSICA	Indeterminado	Brasil
MAESTRA	Indeterminado	Brasil
SUPRA	Indeterminado	Brasil
NIKKOH	Indeterminado	Brasil
BIJU PRONTÍSSIMO	Indeterminado	Brasil
KOSHIHIKARI	Indeterminado	Brasil
OSASANISHIKI	Indeterminado	Brasil
JOSAPÁR SUPRA	Indeterminado	Brasil
SUPRA SOY	Indeterminado	Brasil
SOYPLUS	Indeterminado	Brasil
SUBSTRATO AGRÍCOLA	Indeterminado	Brasil
ARROZ NO PONTO	Indeterminado	Brasil
CONFIGURAÇÃO APLIC ESPOSITOR / ALIMENTOS	Indeterminado	Brasil
COZINHA & SABOR TIO JOÃO	Indeterminado	Brasil
SUBSTÂNCIA HÚMICA (PATENTE)	Indeterminado	Brasil
BIJU PRONTÍSSIMO	Indeterminado	Brasil
NÚMERO 1 ORGANO – NPK	Indeterminado	Brasil
FORTYCAT	Indeterminado	Brasil
FORTYDOG	Indeterminado	Brasil
FRENZY	Indeterminado	Brasil
SUPRA MILK	Indeterminado	Brasil
TIO JOÃO ORGÂNICO	Indeterminado	Brasil
TIO JOÃO VITA	Indeterminado	Brasil
VARIETADES MUNDIAIS TIO JOÃO ARROZ SELVAGEM	Indeterminado	Brasil
CONTROLADA:		
BIG SHOPPING CENTER	Indeterminado	Brasil
SHOPPING 24 DE OUTUBRO	Indeterminado	Brasil
MONNET PLAZA SHOPPING	Indeterminado	Brasil
SHOPPING PELOTAS	Indeterminado	Brasil
MULTICENTER	Indeterminado	Brasil
BIGCENTER	Indeterminado	Brasil

iii) Eventos que podem causar perda dos direitos relativos a tais ativos

Não aplicável.

iv) Possíveis consequências da perda de tais direitos pela Companhia

Não aplicável.

c) Informações sobre sociedades em que a Companhia tenha participação

i) Denominação social

Controlada 1: Real Empreendimentos S/A

Controlada 2: Josapar International

ii) sede

Controlada 1: Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre – RS.

Controlada 2: 4º Andar, Anderson Square Building, Shedden Road, George Town, Grand Cayman, Cayman Islands – British West Indies.

iii) Atividades desenvolvidas

Controlada 1: Tem origem na organização patrimonial dos imóveis da Família Oliveira, atua na área de comércio e administração de imóveis e na exploração de *shopping centers*. Possui um shopping Center em Santa Maria – RS, denominado Monet Plaza Shopping, uma estrutura de lojas satélites a uma operação de varejo em Porto Alegre, denominada Zona Sul Strip Center, e desde a alienação da operação de supermercados por parte do Grupo Josapar ao o Grupo Português Sonae em 1997, passou a deter um contrato de locação de 13 das principais operações para o grupo varejista, contrato este hoje vigente com o sucessor do Sonae, WMS Supermercados Sul Ltda (WalMart).

Controlada 2: operação *offshore* criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros – tendo preparado e formalizado um Programa de *Euro Commercial Paper* em 1997, onde a garantidora era Josapar. Programa totalmente liquidado em 1999, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde àquele ano.

iv) Participação da Companhia

Na controlada 1, 54,71%; controlada 2, 100%.

v) Se a sociedade é controlada ou coligada

Ambas controladas.

vi) Se as controladas possuem registro na CVM

Não.

vii) Valor contábil de cada participação

Controlada 1 MR\$ 38.379; Controlada 2, MR\$ 0,1.

viii) Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

Não aplicável.

ix) Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

Empresa / valor de participação – MR\$	2009	2008	2007
Real Empreendimentos S/A	38.379	36.516	35.320
Josapar International	0,119	0,174	0,134

x) Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

Não aplicável.

xi) Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais pela controladora

Empresa / dividendo ou JCP recebido – MR\$	2009	2008	2007
Real Empreendimentos S/A	2.199	2.200	2.194
Josapar International	0	0	0

xii) Razões para aquisição e manutenção de cada participação

Controlada 1: Origem na organização dos imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Companhia, e em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.

Controlada 2: Origem específica na operação de captação de recursos no mercado internacional, já detalhada em itens anteriores.

9.2. Outras informações relevantes sobre os ativos relevantes

Não aplicável à Companhia.

10. Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Comentário dos diretores sobre condições financeiras e patrimoniais gerais:

O exercício de 2009 iniciou-se com grave financeira mundial, com cenário extremamente difícil e com inúmeras incertezas quanto aos impactos da crise mundial na economia brasileira. O ano transcorreu sob este clima, caracterizado pela queda no nível de atividade das principais economias, com impactos negativos na produção e no consumo. Entretanto a companhia demonstrando pró atividade e eficiência de sua gestão diante deste cenário global encerra o ano mantendo seus índices de desempenho em patamares compatíveis e com forte ação no tocante a manutenção e incremento de investimentos.

- Faturamento bruto de MR\$ 776.624 na controladora e de MR\$ 795.535 no consolidado;

- Lucro bruto de MR\$ 143.215 na controladora e de MR\$ 158.148 no consolidado;

- EBITDA de MR\$ 25.707 na controladora e de MR\$ 34.294 no consolidado;

- Lucro líquido de MR\$ 3.391 tanto na controladora quanto no consolidado;

- Saldo de disponibilidades de MR\$ 106.448 na controladora e MR\$ 137.816 no consolidado;

- Endividamento financeiro líquido (dívida financeira líquida) de MR\$ 154.931 na controladora e de MR\$ 123.757 no consolidado.

b) Comentário dos diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

Resgate de ações: não se aplica à Companhia.

c) Comentário dos diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida, cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis são adequados para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) Comentário dos diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia

Os investimentos em ativos não circulantes da Companhia são realizados através de financiamentos específicos. Em 2009 os investimentos realizados em 2009 foram financiados através de linhas do BNDES, em operações diretas e indiretas.

Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e executa um monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

e) Comentário dos diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

Vide resposta da letra (d).

f) Comentário dos diretores sobre os níveis de endividamento e financiamentos relevantes

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Abaixo o quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2009.

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Em moeda nacional:						
Capital de giro	174.853	27.926	202.779	175.005	27.968	202.973
Investimentos	8.900	40.419	49.319	8.900	40.419	49.319
	183.753	68.345	252.098	183.905	68.387	252.292
Em moeda estrangeira:						
Capital de giro	3.037	-	3.037	3.037	-	3.037
Investimentos	6.244	-	6.244	6.244	-	6.244
	9.281	-	9.281	9.281	-	9.281
					-	
Total	193.034	68.345	261.379	193.186	68.387	261.573

- Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação dos Certificados Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de spread bancário;
- Os financiamentos de crédito rural, denominados de EGF, são contratados a taxa pré-fixada de 6,75% ao ano;
- Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Unidade Monetária IPCA (UMIPCA) acrescidas de spread bancário e em taxa de pré-fixada de 4,5% ao ano;
- A Companhia possui parte de seus financiamentos de capital de giro contratadas em linhas 2770/96. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira e desde a sua contratação foram convertidas para a variação do CDI através de contratos de *SWAP*;
- A Companhia não contratou e nem realizou operações financeiras classificadas como Derivativos.

ii) Comentário dos diretores sobre outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica à Companhia.

iii) Comentário dos diretores sobre o grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica à Companhia.

iv) Comentário dos diretores sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica à Companhia.

g) Comentário dos diretores sobre os limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

h) Comentário dos diretores sobre alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2009 com 2008 foram:

- Redução do saldo de estoques (MR\$ 52.630 em 2009 contra MR\$ 120.388 em 2008);
- Incremento no imobilizado no valor MR\$ 35.916 em decorrência dos investimentos realizados.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O faturamento da companhia está distribuído entre os diversos produtos da companhia. A composição do faturamento por linha de produtos em 2009 foi:

Arroz Branco	57,4%
Arroz Parboilizado	14,0%
Produtos Semi Prontos	12,3%
Feijão	3,1%
Adubo	9,3%
Demais Produtos	3,9%
Total	100,0%

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria prima do arroz.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

A redução do faturamento bruto (MR\$ 776.624 em 2009 contra MR\$ 877.450 em 2008), ocorreu em decorrência da variação do preço da matéria prima (arroz em casca). Outro fator foi a desvalorização cambial do dólar que impactou negativamente no faturamento das exportações.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (como energia elétrica, embalagens, mão de obra, prestação de serviços) e sempre que possível a Companhia busca adequar os reajustes aos índices de inflação.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica à Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica à Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica à Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente as normas do advento da Lei 11.638/07. A administração da organização está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica à Companhia.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica à Companhia.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

- Estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis vigentes requer que a Administração faça estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Tais demonstrações incluem provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação da vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, provisões para impostos de renda e contribuição social.

- Provisão para contingências: A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e tributária decorrentes das atividades normais de seus negócios. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas de processos com desfechos desfavoráveis.

- Resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência e incluem os rendimentos e encargos calculados a índices ou taxas oficiais incidentes. Os ativos e passivos sofrem ajustes a valor de mercado ou de realização sempre que necessários.

- Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros existentes estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação, valorizados conforme descrito nas notas explicativas das demonstrações contábeis da Companhia. A companhia não contratou e nem realizou operações financeiras classificadas como Derivativos.

- Planos de Pensão: Não se aplica à Companhia.

- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica à Companhia.

- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica à Companhia.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possam prejudicar a análise das demonstrações contábeis.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica à Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

A Companhia entende não haver itens relevantes que não os evidenciados em nossas Demonstrações Financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não se aplica à Companhia

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foram realizados investimentos em ativos imobilizados de MR\$ 35.916 em 2009 e de MR\$ 32.106 em 2008. Estes investimentos foram realizados, principalmente, com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento e estão concentrados nas unidades de Pelotas, Itaqui e Santa Vitória do Palmar, todas no estado do Rio Grande do Sul. Os investimentos futuros da Companhia continuarão a ser destinados para o processo de expansão e modernização dos equipamentos.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados em 2009 e 2008 foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações diretas e indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica à Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica à Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento

Não se aplica à Companhia.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica à Companhia.

iii) Projetos em andamento já divulgados

Não se aplica à Companhia.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica à Companhia.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica à Companhia.

11. Projeções

Não aplicável à Companhia, haja visto que a organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

12. Assembléia geral e administração - Companhia

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de administração

Cabe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;
- b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;
- d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;

- e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;
- f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para feito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembléia geral e convocá-la;
- j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública "Comercial Papers";
- k) Apresentar à assembléia geral plano para outorga de opção de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;
- l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembléia geral;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo;
- o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

- a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico-financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;
- c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;

d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;

e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;

f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;

g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;

h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembléia Ordinária. A Data de instalação do Conselho Fiscal vigente fora a da última AGO realizada, em 28/04/2010.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria

- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;

- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor de Vendas e Logística: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de vendas, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

12.2. Políticas e práticas das Assembleias Gerais

a) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

b) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre – RS.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia.

e) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não aplicável à Companhia.

f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Não aplicável à Companhia, e a Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não aplicável à Companhia.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembleias

Não aplicável à Companhia.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia.

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e os jornais de publicação, para os 3 últimos exercícios, do a) Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras; b) da convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras; c) da ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras; e d) das demonstrações financeiras.

Evento	2009	2008	2007
a) Publicação do Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras	N/A	N/A	N/A
b) Publicação da convocação da assembléia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Datas: 13 14 e 15/04/2010 Jornal: DORS e JC	Data:09, 13 e 14/04/2009 Jornal: DORS e JC	Data:02, 03 e 04/04/2008 Jornal: DORS e JC
c) Publicação da ata da assembléia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Data: 22/06/2010 Jornal: DORS e JC	Data:06/08/2009 Jornal: DORS e JC	Data: 26/06/2008 Jornal: DORS e JC
d) Publicação das demonstrações financeiras	Data:26/03/2010 Jornal: DORS e JC	Data:25/03/2009 Jornal: DORS e JC	Data:20/03/2008 Jornal: DORS e JC

N/A = Não aplicável

DORS = Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul

JC = Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

b) Se existirem, as disposições do acordo nos acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho

Não aplicável à Companhia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia.

12.5. Se existir, descrever cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e à Companhia por meio de arbitragem

Não aplicável à Companhia.

12.6. Administradores e membros do Conselho Fiscal

12.6. Administradores e membros do Conselho Fiscal

Controladora

a) Nome	b) idade	c) profissão	d) CPF	e) cargo	f) data eleição	g) data da posse	h) prazo do mandato	i) outros cargos ou funções na Companhia	j) Eleito ou não pelo controlador
Lauro de Oliveira Lapa	74	Comerciante	007256330-34	Presidente do CA	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Sim
Luciano Adures de Oliveira	46	Engenheiro civil	400874250-68	Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	Diretor Presidente da Companhia	Sim
Augusto Lauro de Oliveira Junior	52	Advogado	207412940-87	Conselheiro	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	Diretor Vice-Presidente da Companhia	Sim
Ary Teixeira de Oliveira	70	Advogado	007257060-15	Conselheiro	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Não
Sérgio Martins de Oliveira	55	Administrador de empresas	237291630-00	Conselheiro	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Sim
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Junior		Economista	419258150-72	Conselheiro	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Não
Luciano Adures de Oliveira	46	Engenheiro civil	400874250-68	Diretor Presidente	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	Vice Presidente do CA	Sim
Augusto Lauro de Oliveira Junior	52	Advogado	207412940-87	Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	Conselheiro	Sim
Luis Augusto Barcellos Krause	47	Engenheiro	435086000-25	Diretor de Vendas e Logística	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Sim
Marcelo Augusto Furlan dos Santos	42	Administrador de empresas	490775460-49	Diretor Administrativo Financeiro	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Sim
Leopoldo Henrique Krieger Schneider	67	Contador	004710620-49	Conselheiro Fiscal	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Sim
Lucas Braga Eichenberg		Advogado	943161390-53	Conselheiro Fiscal	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Sim
Jarbas Lima da Silva		Contador	423544800-59	Conselheiro Fiscal	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Não
Edinaldo Elio Ribes		Contador	314722220-91	Conselheiro Fiscal	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Não
Carlos Eduardo Lobato		Advogado	285713390-15	Conselheiro Fiscal	28/04/2010	28/04/2010	1 ano	N/A	Não

12.7. Informações mencionadas no item anterior, com relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável à Companhia.

12.8. Informações sobre cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal

Presidente do Conselho de Administração: Lauro de Oliveira Lapa, português, viúvo, comerciante, residente e domiciliado a Rua Lucas de Oliveira, 1.311, apto. 901, em Porto Alegre, RS, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro n.º W170705-R-SSP-RS e inscrito no CPF sob o n.º 007.256.330-34; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Vice-Presidente do Conselho de Administração, e Diretor Presidente da Companhia: Luciano Adures De Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado a Rua Bagé, 1199, apto 401 em Porto Alegre, Carteira de Identidade n.º 1.008.026.674 SSP-RS, CPF n.º 400.874.250-68; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro e Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores: Augusto Lauro de Oliveira Júnior, brasileiro, casado, Advogado, residente e domiciliado na Rua Luiza Mazetto Baggio, 120 apto 601, Curitiba, PR, Portador da Carteira de Identidade n.º 5.008.220.161 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF nº 007.256.500-44; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro: Ary Teixeira de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado a Rua Alexandre Gastaud, 83, em Pelotas, RS, portador da Carteira de Identidade n.º 6.004.675.184, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob o n.º 007.257.060-15; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro: Sérgio Martins de Oliveira, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Pedro Ivo, 102, apto 501, em Porto Alegre, RS, portador da Carteira de Identidade n.º 1.004.088.360, expedida pela SSP-RS e inscritos no CPF n.º 237.291.630-00; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro: Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Júnior, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Vítor Valpério, 34, apto 101, em Pelotas – RS., inscrito no CPF nº 419.258.150-72, portador da cédula de identidade nº 5.002.572.179; exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa

não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Diretor de Vendas e Logística: Luiz Augusto Barcellos Krause, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, residente e domiciliado em Pelotas-RS, na Rua Domingos de Almeida, nº 1146 casa 03, CPF nº 435.086.000-25; exerceu nos últimos 5 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Diretor Administrativo e Financeiro: Marcelo Augusto Furlan dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em Pelotas-RS, na Rua Gonçalves Chaves, 964, aptº 505, CPF 490.775.460-49; exerceu nos últimos 5 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro Fiscal: Jarbas Lima da Silva, brasileiro, contador, CPF 423.544.800-59. É Pós-Graduado em Finanças Empresariais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre (ESPM) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Luterana do Brasil no Rio Grande do Sul (ULBRA). Nos últimos 5 (cinco) anos, atua como sócio da empresa MOORE STEPHENS JARBASLIMA, FIORAVANTI, PUERARI AUDITORES E CONSULTORES S/S, cuja atividade principal é a prestação de serviços de auditoria e consultoria empresarial; Professor do curso de Ciências Contábeis na modalidade de Graduação, Pós-Graduação e Ensino a Distância (EAD) da Universidade Luterana do Brasil no Rio Grande do Sul (ULBRA). Conselheiro Fiscal da Josapar Joaquim Oliveira S.A. Participações. Já atuou como Auditor nas empresas Arthur Andersen e Coopers & Lybrand Auditores e Consultores e como Diretor Geral de Finanças da PURAS DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA, do ramo de alimentação empresarial. Informa que não há qualquer condenação criminal em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e comerciais.

Conselheiro Fiscal: Leopoldo Henrique Krieger Schneider, brasileiro, contador, CPF 004.710.620-49. Experiência profissional: Desde outubro de 2004 Diretor Estatutário até maio de 2006. E de janeiro de 2006 até abril de 2006 Conselheiro de Administração da TeleHumana S/A; Conselheiro de Administração da BSF Engenharia Ltda. no período de agosto de 2007 até dezembro de 2009, quando mudou a estrutura societária; Conselheiro de Administração da Kresil S/A. desde abril de 2008; Conselheiro de Administração da Globalnova Comunicações Ltda. De agosto de 2008 até novembro de 2009, quando foi vendida; Membro Efetivo do Conselho Fiscal de Renner Participações (principal acionista do Banco A. J. Renner S.A.) até abril de 2008, quando a Renner deixou de ser uma companhia aberta; membro Efetivo do Conselho Fiscal da Granja Quatro Irmãos do Grupo de Empresas da Josapar, de Pelotas (RS), que é uma companhia aberta, desde maio de 2007; membro Efetivo do Conselho Fiscal da Josapar desde abril de 2008; membro efetivo do Conselho Fiscal da Cristal S.A. e Ferragens Vianna S/A, controladoras da Empresa Josapar, de Pelotas (RS), nos anos de 2005 e 2006. Sendo reeleito para a Cristal em setembro de 2009, quando tornaram a constituir o Conselho Fiscal. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Maripá (Toledo-PR), período maio de 2005 até abril de 2006; membro Efetivo do Conselho Fiscal de Lojas Colombo e da Colmaggi, de Farroupilha (RS) no período de dois exercícios sociais; membro efetivo do Conselho Fiscal de Renner Herrmann S.A. durante dois exercícios sociais; membro Efetivo do Conselho Fiscal da Cooperativa dos Funcionários do Banco do Brasil Ltda. COOBRASIL, no ano de 1971. Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Hospitalar Conceição, por indicação do Ministério da Educação através da Reitoria da UFRGS. Ex.Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A. Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal da TUPY S.A., eleito em abril de 2009 até abril de 2010. E reeleito em abril de 2010. Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal de Renner

Participações S.A., eleito em abril de 2010. Membro do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul eleito em agosto de 2009.; Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal da Kepler Weber, eleito em abril de 2010; Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal da Real Empreendimentos S.A. eleito em abril de 2010. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro Fiscal: Lucas Braga Eichenberg, brasileiro, advogado, CPF 943.161.390-53. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro Fiscal: Edinaldo Elio Ribes, brasileiro, contador, CPF 314.722.220-91. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Conselheiro Fiscal: Carlos Eduardo Lobato, brasileiro, advogado, CPF 285.713.390-15. Informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar da existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores da Companhia; b) administradores da Companhia e de controladas diretas ou indiretas; c) administradores da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; d) administradores da Companhia e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas.

A Companhia é uma empresa de origem familiar que hoje tem representantes da terceira geração a frente dos negócios. Em função desta origem, existe a convivência com as seguintes relações familiares na operação: dois dos principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente) e todos os demais conselheiros são acionistas e possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau. Os atuais conselheiros fiscais não possuem nenhum grau de parentesco com os administradores e/ou acionistas da companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores da Companhia e a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; b) controlador direto ou indireto da Companhia; e c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladoras, ou controladas de algumas dessas pessoas

Em função da origem familiar e da sua estrutura de gestão, há a presença de administradores que são, concomitantemente: acionistas, conselheiros ou administradores da Companhia; ou acionistas, conselheiros e administradores da controlada Real Empreendimentos S/A; ou ainda acionistas e administradores na *holdings* controladora.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (*D&O – Directors and officers*), com o valor de cobertura limitado a R\$ 5 milhões.

12.12. Outras informações relevantes sobre a administração da Companhia

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente do Conselho de Administração possui remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPRL (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referências de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, ebitda, lucro líquido.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável à Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável à Companhia.

13.2. Em relação a remuneração reconhecida no resultado do exercício social de 2009 e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício 2009 – MR\$	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Numero de membros	7	4	5	16
Remuneração fixa anual				
- Honorários	R\$ 167	R\$ 836	R\$ 108	R\$ 1.111
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual	N/A	N/A	N/A	N/A
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados				
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	R\$ 167	R\$ 836	R\$ 108	R\$ 1.111

N/A = Não aplicável;

Obs. Na remuneração do Conselho de Administração apenas o presidente do conselho possui remuneração mensal fixa.

Previsão 2010 – MR\$	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Numero de membros	7	4	N/A	11
Remuneração fixa anual				
- Honorários	R\$ 200	R\$ 3.000	N/A	R\$ 3.200
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados				
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos				
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações				
Total	R\$ 200	R\$ 3.000	N/A	R\$ 3.200

N/A = Não aplicável;

Obs. Caso for instalado o Conselho Fiscal a remuneração individual de cada membro deste órgão será de 10% da média da remuneração fixa da Diretoria.

13.3. Em relação à remuneração variável do ultimo exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício de 2009, não foram alcançadas. Desta forma não houve o pagamento e nem a apropriação de PPR para o exercício de 2009.

Em relação à previsão para o exercício de 2010 ainda não há valor definido para a remuneração variável da Diretoria.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente, descrever:

Não aplicável à Companhia.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração da companhia possuem participação direta de 12,19% e indireta de 14,37%.

Atualmente na Diretoria da companhia existem dois membros que também fazem parte do Conselho de Administração. A participação destes Diretores está informada na quantidade da participação dos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal não possuem participação acionária direta e nem indireta na companhia.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável à Companhia.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com seguinte conteúdo:

Não aplicável à Companhia.

13.8. Em relação as opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável à Companhia.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Não aplicável à Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável à Companhia.

13.11. Em forma de tabela, indicar para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal. (valores em R\$)

	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Numero de membros	1	4	5
Valor mínimo de remuneração individual	167.000,00	154.716,00	21.600,00
Valor máximo de remuneração individual	167.000,00	309.432,00	21.600,00
Valor médio de remuneração individual	167.000,00	209.000,00	21.600,00

Obs. Dos conselheiros de administração somente o Presidente do Conselho possui remuneração mensal fixa. Conforme já descrito no item 13.1

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor:

Não aplicável à Companhia.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não aplicável à Companhia.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupando por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável à Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros de conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável à Companhia.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não é de nosso conhecimento nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

14. Recursos Humanos

14.1. Descrição dos recursos humanos

a) Número total de colaboradores: 1011

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	710
Engenho Centro	27
Engenhos Externos	18
Farinha	19
Areal	12
Vila Princesa	395
Administração	160
Insumos	79
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	65
SÃO GABRIEL – RS	4
ITAQUI – RS	231
URUGUAIANA - RS	1
TOTAL	1011

b) Número total de terceirizados:

Em 2009 a companhia tinha a seguinte composição de terceiros:

Pelotas	52
Itaqui	05
<u>Recife</u>	<u>04</u>
Total	61

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em 16,34%.

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco. A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 2,997 milhões em 31/12/2009. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

14.2. Comentário sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Não aplicável à Companhia.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos funcionários da Companhia

a) Política de salários e remuneração variável

A Política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembléia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio ótico;
- Convênio farmácia;
- Convênio Livraria;
- Cesta básica;
- Refeitório.

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável.

14.4. Descrever a relação da Companhia com os sindicatos de relacionamento

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

15. Controle

15.1. Quadros de acionistas até pessoas físicas:

Companhia:

JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S/A. - PARTICIPAÇÕES

Relação dos Acionistas	Ordinárias	%	Pref.	%	Total	%
GOX Angela de Oliveira Xavier Correa da Silva	51.477	0,49%		0,00%	51.477	0,49%
MGO Anna Lucia Adures de Oliveira	100.625	0,96%		0,00%	100.625	0,95%
ATO Ary Teixeira de Oliveira	298.689	2,86%		0,00%	298.689	2,82%
ALO Augusto Lauro de Oliveira	21	0,00%		0,00%	21	0,00%
ALO Augusto Lauro de Oliveira Junior	74.401	0,71%		0,00%	74.401	0,70%
COG Ceny de Oliveira Goulart	300.620	2,88%		0,00%	300.620	2,84%
LOL Elisabeth Helena Lorea Magalhaes	1.030	0,01%		0,00%	1.030	0,01%
ROT Eurico Fernando Treptow	10.939	0,10%		0,00%	10.939	0,10%
GOX Gabriel de Oliveira Xavier	51.477	0,49%		0,00%	51.477	0,49%
ATO Geni Flora S. de Oliveira	3.987	0,04%		0,00%	3.987	0,04%
LOL Geraldo Henrique Lorea	2.066	0,02%		0,00%	2.066	0,02%
GO Gisele de Oliveira	27.106	0,26%		0,00%	27.106	0,26%
GOX Glessy de Oliveira Xavier	142.554	1,36%		0,00%	142.554	1,35%
ILO Helena Martins de Oliveira	73.652	0,70%		0,00%	73.652	0,70%
ILO Ivon Luiz de Oliveira	7	0,00%		0,00%	7	0,00%
ILO Ivon Luiz de Oliveira Junior	73.652	0,70%		0,00%	73.652	0,70%
LAPA João Alberto de Oliveira Lapa	55.318	0,53%		0,00%	55.318	0,52%
JCO João Carlos de Oliveira Junior	188.711	1,81%		0,00%	188.711	1,78%
JCO Joaquim De Lamare de Oliveira	66.959	0,64%		0,00%	66.959	0,63%
JLTO Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira	349.113	3,34%		0,00%	349.113	3,30%
JMOS Joaquim Maria de Oliveira Soares	9.316	0,09%		0,00%	9.316	0,09%
GOX José Franklin de Mello Xavier	10.660	0,10%		0,00%	10.660	0,10%
JCO Julio Cesar de Oliveira	187.069	1,79%		0,00%	187.069	1,77%
LAPA Lauro de Oliveira Lapa	387.223	3,71%		0,00%	387.223	3,66%
LOSA Lauro Oliveira S.A. - Adm.e Com.	99.767	0,95%		0,00%	99.767	0,94%
LOL Leda de Oliveira Loréa	180.173	1,72%		0,00%	180.173	1,70%
MGO Luciano Adures de Oliveira	100.633	0,96%		0,00%	100.633	0,95%
MLOS Luiz Stein	27.613	0,26%		0,00%	27.613	0,26%
ALO Marcia Almeida de Oliveira	74.401	0,71%		0,00%	74.401	0,70%
MLOS Maria de Lourdes Oliveira Stein	388.850	3,72%		0,00%	388.850	3,67%
ALO Martha Almeida de Oliveira	74.401	0,71%		0,00%	74.401	0,70%
GOX Monica de Oliveira Xavier	51.477	0,49%		0,00%	51.477	0,49%
NOB Nocy de Oliveira Bird	0	0,00%		0,00%	0	0,00%
JMOS Nilo Paes de Oliveira	8.001	0,08%		0,00%	8.001	0,08%
Peroli S/A. - Participações	6.161.976	58,96%	500	0,38%	6.162.476	58,23%
ROT Rosa de Oliveira Treptow	297.155	2,84%		0,00%	297.155	2,81%
LOL Rose Terezinha Lorea Matzenauer	1.030	0,01%		0,00%	1.030	0,01%
JMOS Rui Paes de Oliveira	7	0,00%		0,00%	7	0,00%
ILO Sérgio Martins de Oliveira	73.675	0,70%		0,00%	73.675	0,70%
NF Acionistas Diversos Não Familia Oliveira	445.162	4,26%	130.868	99,62%	576.030	5,44%
Total	10.450.993	100,00%	131.368	100,00%	10.582.361	100,00%

	Grupo 1	7.752.228	74,18%	500	0,38%	7.752.728	73,26%
	Peroli S.A. Participações	6.161.976	58,96%	500	0,38%	6.162.476	58,23%
ALO	Familia Augusto Lauro de Oliveira	223.224	2,14%	0	0,00%	223.224	2,11%
COG	Familia Ceny de Oliveira Gourlart	300.620	2,88%	0	0,00%	300.620	2,84%
ILO	Familia Ivon Luiz de Oliveira	220.986	2,11%	0	0,00%	220.986	2,09%
JMOS	Familia Joaquim Maria de Oliveira Soares	17.324	0,17%	0	0,00%	17.324	0,16%
LAPA	Familia Lauro de Oliveira Lapa	442.541	4,23%	0	0,00%	442.541	4,18%
LOL	Familia Leda de Oliveira Lorea	184.299	1,76%	0	0,00%	184.299	1,74%
MGO	Familia Moacyr Godinho de Oliveira	201.258	1,93%	0	0,00%	201.258	1,90%
NOB	Familia Necy de Oliveira Bird	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Grupo 2	710.537	6,80%	0	0,00%	710.537	6,71%
LOSA	Lauro Oliveira S.A	99.767	0,95%	0	0,00%	99.767	0,94%
ATO	Ary Teixeira de Oliveira	302.676	2,90%	0	0,00%	302.676	2,86%
ROT	Rosa de Oliveira Treptow	308.094	2,95%	0	0,00%	308.094	2,91%
	Grupo 3	859.202	8,22%	0	0,00%	859.202	8,12%
JCO	João Carlos de Oliveira	442.739	4,24%	0	0,00%	442.739	4,18%
MLOS	Maria de Lourdes de Oliveira Stein	416.463	3,98%	0	0,00%	416.463	3,94%
	Grupo 4	307.645	2,94%	0	0,00%	307.645	2,91%
GOX	Glessy de Oliveira Xavier	307.645	2,94%	0	0,00%	307.645	2,91%
	Grupo 5	349.113	3,34%	0	0,00%	349.113	3,30%
JLTO	Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira	349.113	3,34%	0	0,00%	349.113	3,30%
	Grupo 6	27.106	0,26%	0	0,00%	27.106	0,26%
GO	Gisele Oliveira	27.106	0,26%	0	0,00%	27.106	0,26%
NF	Acionistas Não Família Oliveira	445.162	4,26%	130.868	99,62%	576.030	5,44%
	Total Geral	10.450.993	100,00%	131.368	100,00%	10.582.361	100,00%

Composição do controlador direto, Peroli S/A Participações:

PEROLI S/A. - PARTICIPAÇÕES

Relação dos Acionistas		Ordinárias	%
MGO	Anna Lúcia Adures de Oliveira Soares	30	0,00%
ALO	Augusto Lauro de Oliveira	65	0,00%
ALO	Augusto Lauro de Oliveira Junior	12	0,00%
	Ferragens Vianna S/A.	6.328.838	18,36%
GO	Gisele de Oliveira	311.132	0,90%
ILO	Helena de Oliveira Souto	12	0,00%
ILO	Ivon Luis de Oliveira Junior	12	0,00%
JCO	João Carlos de Oliveira Junior	763.686	2,22%
JCO	Joaquim De Lamare de Oliveira	763.686	2,22%
JMOS	Joaquim Maria de Oliveira Soares	15	0,00%
	JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda	15.129.936	43,89%
JCO	Julio Cesar de Oliveira	763.686	2,22%
LOL	Leda de Oliveira Lorea	7	0,00%
LOSA	LOSAPAR Participações S.A	10.408.728	30,20%
MGO	Luciano Adures de Oliveira	30	0,00%
ALO	Márcia Almeida de Oliveira Karam	12	0,00%
ALO	Martha Almeida de Oliveira Firpo	12	0,00%
NOB	Necy de Oliveira Bird - Sucessão	15	0,00%
LOL	Rose Terezinha Lorea Matzenauer	6	0,00%
ILO	Sérgio Martins de Oliveira	12	0,00%
	Ações em Tesouraria	2.177.686	
	TOTAL sem Ações em Tesouraria	34.469.932	100,00%
Grupo 1		21.459.014	62,25%
	Ferragens Vianna S/A.	6.328.838	18,36%
	JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda	15.129.936	43,89%
ALO	Familia Augusto Lauro de Oliveira	101	0,00%
COG	Familia Ceny de Oliveira Gourllart	0	0,00%
ILO	Familia Ivon Luiz de Oliveira	36	0,00%
JMOS	Familia Joaquim Maria de Oliveira Soares	15	0,00%
LAPA	Familia Lauro de Oliveira Lapa	0	0,00%
LOL	Familia Leda de Oliveira Lorea	13	0,00%
MGO	Familia Moacyr Godinho de Oliveira	60	0,00%
NOB	Familia Necy de Oliveira Bird	15	0,00%
Grupo 2		10.408.728	30,20%
LOSA	LOSAPAR Participações S.A	10.408.728	30,20%
ATO	Ary Teixeira de Oliveira	0	0,00%
ROT	Rosa de Oliveira Treptow	0	0,00%
Grupo 3		2.291.058	6,65%
JCO	João Carlos de Oliveira	2.291.058	6,65%
MLOS	Maria de Lourdes de Oliveira Stein	0	0,00%
Grupo 4		0	0,00%
GOX	Glessy de Oliveira Xavier	0	0,00%
Grupo 5		0	0,00%
JLTO	Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira	0	0,00%
Grupo 6		311.132	0,90%
GO	Gisele Oliveira	311.132	0,90%
NF	Acionistas Não Familia Oliveira	0	0,00%
	Total Geral	34.469.932	100,00%

Composição dos controladores de Peroli, JosaInvest e Ferragens Vianna

JOSAINVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Relação dos Quotistas	Quotistas	%
ALO Almalaguês Negócios e Participações Ltda	3.776.250	40,00%
MGO Anna Lúcia Adures de Oliveira Soares	531	0,01%
ALO Augusto Lauro de Oliveira	675	0,01%
ALO Augusto Lauro de Oliveira Junior	300	0,00%
ILO Helena de Oliveira Souto	31.788	6,69%
ILO Ivon Luis de Oliveira Junior	631.788	6,69%
JMOS Joaquim Maria de Oliveira Soares	9.636	0,10%
LOL Leda de Oliveira Lorea	1.853.760	19,64%
MGO L.M.A Negócios e Participações Ltda	1.886.250	19,98%
MGO Luciano Adures de Oliveira	531	0,01%
ALO Márcia Almeida de Oliveira Karam	300	0,00%
ALO Martha Almeida de Oliveira Firpo	300	0,00%
MGO Moacyr Godinho de Oliveira	3.564	0,04%
NOB Nocy de Oliveira Bird	12.873	0,14%
ILO Sérgio Martins de Oliveira	631.788	6,69%
TOTAL	9.440.334	100,00%
Grupo 1	9.440.334	100,00%
ALO Família Augusto Lauro de Oliveira	3.777.825	40,02%
COG Família Ceny de Oliveira Gourlart	0	0,00%
ILO Família Ivon Luiz de Oliveira	1.895.364	20,08%
JMOS Família Joaquim Maria de Oliveira Soares	9.636	0,10%
LAPA Família Lauro de Oliveira Lapa	0	0,00%
LOL Família Leda de Oliveira Lorea	1.853.760	19,64%
MGO Família Moacyr Godinho de Oliveira	1.890.876	20,03%
NOB Família Nocy de Oliveira Bird	12.873	0,14%
Total Geral	9.440.334	100,00%

FERRAGENS VIANNA S/A

Relação dos Acionistas		Ordinárias	%
NF	Adriano Pinto Ortiz	140	0,03
NF	Alda Fagundes Magalhães	115	0,03
ALO	Almalaguês Negócios e Participações Ltda	12.504	3,05
MGO	Anna Lucia Adures de Oliveira Soares	6	0,00
ATO	Ary Teixeira de Oliveira	25.678	6,26
ALO	Augusto Lauro de Oliveira	10	0,00
ALO	Augusto Lauro de Oliveira Júnior	5	0,00
NF	Carlos Alberto Souza Vianna	96	0,02
ATO	Geni Flora Schwartzmann Oliveira	903	0,22
GO	Gisele de Oliveira	3.880	0,95
ILO	Helena Martins de Oliveira	10	0,00
ILO	Ivon Luiz de Oliveira Junior	10	0,00
LAPA	João Alberto de Oliveira Lapa	10	0,00
JCO	João Carlos de Oliveira Jr.	10	0,00
NF	João Marques Casalinho (Espólio)	400	0,10
JCO	Joaquim De Lamare de Oliveira	10	0,00
JLTO	Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira	26.581	6,48
JMOS	Joaquim Maria de Oliveira Soares	10	0,00
JCO	Julio Cesar de Oliveira	10	0,00
LAPA	Lauro de Oliveira Lapa	10	0,00
LOSA	Lauro Oliveira S/A	1.636	0,40
LOL	Leda de Oliveira Lorea	32.134	7,83
MGO	L.M.A Negócios e Participações Ltda	17.775	4,33
MGO	Luciano Adures Oliveira	5	0,00
LOL	Luiz Urbano de Oliveira Lorea	10	0,00
MLOS	Maria de Lourdes Oliveira Stein	8.153	1,99
NOB	Necy de Oliveira Bird	889	0,22
ROT	Rosa de Oliveira Treptow	26.581	6,48
LOL	Rose Terezinha Lorea Matezenauer	10	0,00
	Real Empreendimentos S.A	371	0,09
ILO	Sergio Martins de Oliveira	10	0,00
	VIANNAINVEST Negócios e Participações Ltda	252.482	61,51
	Ações em Tesouraria	49.906	
Total sem Ações em Tesouraria		410.454	100,00
Total com Ações em Tesouraria		460.360	
Grupo 1		316.261	77,05%
	VIANNAINVEST Negócios e Participações Ltda	252.482	61,51%
	Real Empreendimentos S.A	371	0,09%
ALO	Familia Augusto Lauro de Oliveira	12.519	3,05%
COG	Familia Ceny de Oliveira Gourlard	0	0,00%
ILO	Familia Ivon Luiz de Oliveira	30	0,01%
JMOS	Familia Joaquim Maria de Oliveira Soares	10	0,00%
LAPA	Familia Lauro de Oliveira Lapa	20	0,00%
LOL	Familia Leda de Oliveira Lorea	32.154	7,83%
MGO	Familia Moacyr Godinho de Oliveira	17.786	4,33%
NOB	Familia Necy de Oliveira Bird	889	0,22%
Grupo 2		54.798	13,35%
LOSA	Lauro Oliveira S.A	1.636	0,40%
ATO	Ary Teixeira de Oliveira	26.581	6,48%
ROT	Rosa de Oliveira Treptow	26.581	6,48%
Grupo 3		8.183	1,99%
JCO	João Carlos de Oliveira	30	0,01%
MLOS	Maria de Lourdes de Oliveira Stein	8.153	1,99%

	Grupo 4	0	0,00%
GOX	Glessy de Oliveira Xavier	0	0,00%
	Grupo 5	26.581	6,48%
JLTO	Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira	26.581	6,48%
	Grupo 6	3.880	0,95%
GO	Gisele Oliveira	3.880	0,95%
NF	Acionistas Não Família Oliveira	751	0,18%
Total Geral		410.454	100,00%

Controlador de Ferragens Vianna S/A, Viannainvest

VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

COMPOSIÇÃO DOS QUOTISTAS

Relação dos Acionistas	Ordinárias	%
ALO Almalaguês Negócios e Participações Ltda	390.000	40,27
MGO Anna Lucia Adures de Oliveira Soares	88	0,01
ALO Augusto Lauro de Oliveira	2.485	0,26
ALO Augusto Lauro de Oliveira Júnior	526	0,05
ILO Helena Martins de Oliveira	65.936	6,81
ILO Ivon Luiz de Oliveira Junior	65.936	6,81
LAPA João Alberto de Oliveira Lapa	6.120	0,63
JCO João Carlos de Oliveira Jr.	85.441	8,82
JCO Joaquim De Lamare de Oliveira	45.827	4,73
JMOS Joaquim Maria de Oliveira Soares	21.236	2,19
JCO Julio Cesar de Oliveira	46.581	4,81
LAPA Lauro de Oliveira Lapa	43.170	4,46
MGO L.M.A Negócios e Participações Ltda	128.044	13,22
MGO Luciano Adures Oliveira	93	0,01
ALO Marcia Almeida de Oliveira Karam	500	0,05
ALO Martha Almeida de Oliveira Firpo	500	0,05
ILO Sergio Martins de Oliveira	65.936	6,81
Total das Quotas	968.419	100,00
Grupo 1	790.570	81,64%
ALO Família Augusto Lauro de Oliveira	394.011	40,69%
COG Família Ceny de Oliveira Gourlard	0	0,00%
ILO Família Ivon Luiz de Oliveira	197.808	20,43%
JMOS Família Joaquim Maria de Oliveira Soares	21.236	2,19%
LAPA Família Lauro de Oliveira Lapa	49.290	5,09%
LOL Família Leda de Oliveira Lorea	0	0,00%
MGO Família Moacyr Godinho de Oliveira	128.225	13,24%
NOB Família Necy de Oliveira Bird	0	0,00%
Grupo 2	0	0,00%
LOSA Lauro Oliveira S.A	0	0,00%
ATO Ary Teixeira de Oliveira	0	0,00%
ROT Rosa de Oliveira Treptow	0	0,00%
Grupo 3	177.849	18,36%
JCO João Carlos de Oliveira	177.849	18,36%
MLOS Maria de Lourdes de Oliveira Stein	0	0,00%
Grupo 4	0	0,00%
GOX Glessy de Oliveira Xavier	0	0,00%
Grupo 5	0	0,00%
JLTO Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira	0	0,00%
NF Acionistas Não Família Oliveira	0	0,00%
Total Geral	968.419	100,00%

Composição do controlador de Josainvest, Viannainvest e acionista de Ferragens Vianna: Almalagês Negócios e Participações Ltda.

ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

ACIONISTAS	Quotas	%
Augusto Lauro de Oliveira	31.844	49,51%
Augusto Lauro de Oliveira Junior	144	0,22%
Márcia Almeida de Oliveira Karam	144	0,22%
Martha Almeida de Oliveira Firpo	144	0,22%
Necy de Oliveira Bird	32.044	49,82%
TOTAL	64.320	100,00%

Composição do controlador de Josainvest, Viannainvest e acionista de Ferragens Vianna: LMA Negócios e Participações Ltda.

L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

ACIONISTAS	Quotas	%
Anna Lúcia Adures de Oliveira Soares	1.574	49,98%
Luciano Adures de Oliveira	1.575	50,02%
TOTAL	3.149	100,00%

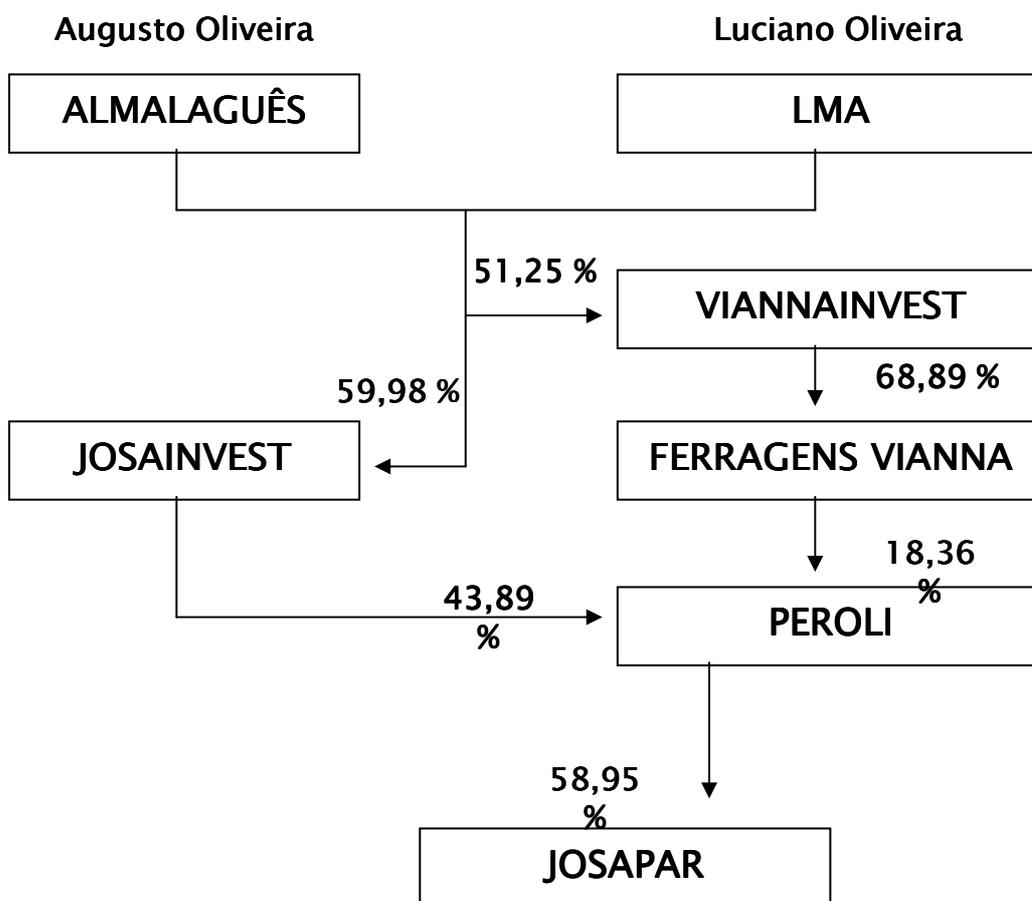
15.2. Quadro agrupando acionistas por grupo de interesse, com participação igual ou superior a 5%, que não estejam listados no item anterior

Não aplicável.

15.3. Quadro de distribuição do capital, conforme apurado na última assembléia

Distribuição quantitativa do capital – quantidade de acionistas	
a) Número de acionistas pessoas físicas	64
b) Número de acionistas pessoas jurídicas	3
c) Número de investidores institucionais	12
d) Número de ações em circulação	
- ordinárias	435.041
- preferenciais	131.368

15.4. Organograma do controle acionário



15.5. Informações sobre acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia, do qual um controlador seja parte, regulando o exercício de direito a voto ou a transferência de ações da Companhia

Não aplicável à Companhia.

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável à Companhia.

15.7. Outras informações relevantes sobre dados de controle

Não aplicável à Companhia.

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável à Companhia. Não há regra formal específica para esse tema.

16.2. Relações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

Em MR\$	Controladora		
	2009	2008	2007
Real Empreendimentos S.A.			
Realizável a longo prazo	34	100	117
Receita financeira	2.209	1.878	2.280
Granjas 4 Irmãos S.A.			
Exigível a longo prazo	(10.673)	(10.072)	(23.984)
CPV – compra de matéria-prima	905	(12.720)	(26.037)
Despesas financeiras sobre mútuos	(600)	(517)	(2.289)
Outras			
Realizável a longo prazo	4.719	2.591	17
Exigível a longo prazo	(4.237)	(2.962)	(432)

Os saldos do exigível a longo prazo referem-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros conforme a variação da TJLP. As demais operações mantidas com partes relacionadas observam as condições usuais de mercado.

16.3. Em relação às transações com partes relacionadas ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia.

17. Capital Social

17.1. Quadro do capital social, emitido subscrito e integralizado

Capital integralizado	Número de ações (mil)
Ações ordinárias	10.451
Ações Preferenciais	131
Total	10.582

17.2. Aumentos de capital da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais:

2009:

Em AGE realizada em 17 de dezembro de 2009, foi aprovado o aumento de capital, sem modificação do número de ações, com o aproveitamento do saldo de R\$35.385 mil da reserva de incentivos fiscais e MR\$ 22.016 da reserva estatutária, perfazendo um aumento no capital social no valor de MR\$ 57.401. Em 31 de dezembro de 2009 o Capital social é de MR\$ 120.000 composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

2008:

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social é de R\$ 62.599.159,57 subscrito e integralizado, e, é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal, não tendo havido, no exercício, alteração no capital social da Companhia.

2007:

Em AGOE realizada no dia 25 de abril de 2007 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 4.100.001,29, com emissão de 303.479 novas ações, sendo, 299.710 ações ordinárias e 3.769 ações preferenciais. Do montante autorizado foram integralizadas 303.407 ações, 299.710 ordinárias e 3.697 preferenciais, perfazendo um aumento de capital no valor de R\$ 4.099.028,57.

O capital social de R\$ 62.599.159,57 subscrito e integralizado, está representado por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

17.3. Desdobramentos, grupamentos e bonificações

Não aplicável à Companhia.

17.4. Reduções de Capital da Companhia

Não aplicável à Companhia.

17.5. Outras informações relevantes sobre o Capital da Companhia

Não aplicável à Companhia.

18. Valores Mobiliários

18.1. Direitos de cada classe e espécie de ação

A companhia dispõe de ações ordinárias e preferenciais.

a) Direito a dividendos

Segundo o estatuto social da companhia, são assegurados a seus acionistas dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado.

Às ações preferenciais tem preferência no pagamento dos dividendos conforme a Lei das Sociedades por ações, e a elas ainda é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício, de acordo com o estatuto social da Companhia.

b) Direito a voto

Ações preferenciais não têm direito a voto.

Às ações ordinárias é conferido ao respectivo titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

c) Conversibilidade em outra classe ou espécie de ações, indicando i) condições; e ii) efeitos sobre o capital social;

d) Direito sobre o reembolso de capital;

e) Direito a participação em oferta pública por alienação de controle;

f) Restrições à circulação;

g) Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários;

h) Outras características relevantes; e

i) Emissores estrangeiros devem identificar diferenças nas características descritas nos itens "a" a "i" e aquelas normalmente atribuídas a valores mobiliários semelhantes emitidos por emissores nacionais

Para itens de "c" a "i" acima, não se aplica à Companhia, salvo disposições da Lei das Sociedades por ações.

18.2. Descrever, se existirem, regras estatutárias que limitem o direito a voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas

Não aplicável à Companhia.

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia.

18.4. Quadro do volume de negociação bem como maiores e menores cotações das ações negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável à Companhia.

18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações

Não aplicável à Companhia.

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores da Companhia são admitidos à negociação

BOVESPA.

18.7. Informações sobre cada classe ou espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia.

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas ou coligadas

Não aplicável à Companhia.

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia.

18.10. Outras informações relevantes sobre Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia.

19. Planos de recompra de valores mobiliários

19.1. Descrição dos planos de recompra promovidos pela Companhia

Não aplicável à Companhia.

19.2. Movimentação de Valores Mobiliários mantidos em tesouraria

Não aplicável à Companhia.

19.3. Descrição dos Valores Mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Não aplicável à Companhia.

19.4. Fornecer outras informações relevantes sobre recompra de valores mobiliários

Não aplicável à Companhia.

20. Política de negociação de valores mobiliários

20.1. Indicar a adoção de política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, com acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração ou conselho fiscal

Não aplicável à Companhia.

20.2. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia.

21. Política de divulgação de informações

Não aplicável à Companhia.

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Não aplicável à Companhia.

21.2. Descrição a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Não aplicável à Companhia.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações

Não aplicável à Companhia.

21.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia.

22. Negócios extraordinários

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre na operação normal dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia.

22.2. Indicar alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente ligados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia.

22.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia.